



Relatório de Governo Societário 2016

ÍNDICE

I-SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO)	3
II-MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS.....	4
III-ESTRUTURA DE CAPITAL.....	8
IV-PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS.....	9
V-ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES.....	11
VI-ORGANIZAÇÃO INTERNA	43
VII-REMUNERAÇÕES.....	58
VIII-TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	63
IX-ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA	69
X-AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	79
XI-ANEXOS DO RGS	80



I-SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO)

O presente documento, Relatório de Governo Societário 2016 da empresa NAV Portugal, EPE, obedece, na sua elaboração, ao Manual que serve de referência à sua elaboração e visa facilitar a monitorização do cumprimento por parte das entidades do setor Público Empresarial (SPE) do disposto no artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como, do estipulado no nº 10 do artigo 39º do mesmo diploma.

Acresce referir, que relativamente aos períodos anteriores, em 2016, não ocorreram alterações significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário.



II-MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

Nos termos dos Estatutos da Empresa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro alterados pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de abril, a Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E. P. E., abreviadamente designada por NAV Portugal, E. P. E., é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A NAV Portugal tem como missão a prestação de serviços de tráfego aéreo nas RIV sob responsabilidade do Estado Português – Lisboa e Santa Maria – garantindo o cumprimento da regulamentação nacional e internacional aplicável e as melhores condições de segurança, otimizando capacidades de utilização do espaço aéreo e das infraestruturas aeroportuárias, melhorando a eficiência dos serviços prestados e promovendo a sustentabilidade ambiental.

A Empresa na sua visão pretende afirmar-se como prestadora de serviços de tráfego aéreo de referência, na Europa e numa vasta área do Atlântico Norte, pela segurança e qualidade dos serviços prestados e o reconhecimento, pelo seu bom desempenho, pelas suas Partes Interessadas (comummente designadas por *Stakeholders*), ou seja, Clientes/ /Utilizadores, Parceiros, Colaboradores, Regulador e Tutela.

Neste contexto, a NAV Portugal deve garantir aos seus clientes a prestação de um serviço de elevada qualidade e eficiência, criando valor para o Estado, na qualidade de detentor da totalidade do seu capital estatutário, e assegurar elevados níveis de qualificação profissional e motivação dos seus colaboradores.

Constituem valores da NAV Portugal:

- Segurança (*Safety*) – apostar numa gestão proactiva alicerçada num quadro de pessoal com elevada competência e altamente motivado, que garanta elevados níveis de qualidade e segurança na prestação de serviço, em conformidade com as normas aplicáveis;
- Orientação para as Partes Interessadas – responder às legítimas expectativas das Partes Interessadas, prestando um serviço que assegure segurança, qualidade e eficiência;

- Profissionalismo – refletir em todas as atividades desenvolvidas o compromisso permanente e responsável com a obtenção de resultados organizacionais e a preocupação com princípios éticos, sociais e ambientais, evidenciando as competências para garantir a confiança das Partes Interessadas em relação à Empresa;
- Inovação – garantir que a Empresa tem a capacidade de incorporar as melhores práticas em termos tecnológicos e operacionais, de forma a melhorar o desempenho individual e organizacional.

Atenta a realidade e perspetivas de evolução do ambiente interno e externo da Empresa, o Plano de Negócios da NAV Portugal para 2017-2021, tem como referência os seguintes “Objetivos Estratégicos”:

- Reforçar a cultura de segurança nas diferentes áreas de atividade (*Safety*)
- Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados, respeitando o equilíbrio financeiro da NAV Portugal
- Desenvolver iniciativas estratégicas visando a sustentabilidade da NAV Portugal
- Garantir o cumprimento de novos requisitos regulamentares
- Desenvolver boas práticas de responsabilidade social e ambiental
- Assegurar o desenvolvimento organizativo
- Melhorar a capacidade de resposta nos domínios da competitividade e da inovação

No desenvolvimento da sua atividade, a NAV Portugal, à semelhança dos anos anteriores, considerou um conjunto de indicadores, na sua maioria baseados em *benchmarking* internacional, tendo sido escolhidos os ANSP da Irlanda (IAA), Áustria (Austrocontrol), Alemanha (DFS) e Suíça (Skyguide), a fim de permitir a avaliação e comparação do grau de concretização das orientações específicas para o referido horizonte temporal.

Assim, a NAV Portugal determina a média ponderada de objetivos estabelecidos relativamente a indicadores do conjunto dos *peers* selecionados e de objetivos estabelecidos face a valores absolutos de desempenho orçamental.

No quadro seguinte explicitam-se os resultados dos indicadores de referência, os objetivos estabelecidos e o respetivo grau de cumprimento da NAV Portugal, relativamente ao ano de 2016, sendo que os cálculos tiveram como comparação de

objetivos os valores de 2015 referentes aos *peers*, cujos dados de 2016 ainda não estão publicados:

Peers	Ano	ROCE	Margem EBITDA	Peso C.Pessoal	C.Totais / Hora Cont	Hora Cont / Colaborador	PMP real / PMP orça
Austrocontrol	2015	19,9%	28,7%	65,4%	592,5	285,1	
DFS	2015	25,5%	21,3%	77,8%	596,5	241,8	
IAA	2015	24,0%	26,0%	57,4%	364,9	439,2	
Skyguide	2015	10,7%	17,1%	71,4%	600,5	231,0	
Média		20,0%	23,3%	68,0%	538,6	299,3	
NAV	2016 Real	13,6%	18,7%	79,1%	202,8	803,6	157,5%
Performance relativa (NAV / Média)		68,1%	80,5%	86,0%	265,5%	268,5%	
Objetivo 2015		11,0%	50,0%	113,0%	50,0%	227,0%	100,0%
Target NAV		2,2%	11,6%	76,8%	269,3	679,4	100,0%
Grau Cumprimento do Objetivo		618,8%	161,0%	97,1%	124,7%	118,3%	42,5%
Peso do KPI		10,0%	15,0%	15,0%	20,0%	20,0%	20,0%
Score		61,9%	24,2%	14,6%	24,9%	23,7%	8,5%
Score Final		157,68%					

A Empresa apresenta uma pontuação final de aproximadamente 157%, representando um grau de desempenho muito acima da média do grupo de referência selecionado.

Os valores financeiros reais da NAV Portugal, em 2016, refletem o impacto negativo das obrigações legais com os voos isentos que atingiram o valor de, aproximadamente, 2,5 milhões de euros, com reflexo nos gastos mas sem contrapartida em rendimentos, prejudicando, assim, os indicadores ROCE e Margem EBITDA. A consideração daqueles valores em proveitos elevaria o Score Final da NAV Portugal em 2016 para 166%. Logo que os indicadores dos "Peers", relativos a 2016, estejam publicados, os mesmos serão disponibilizados.

Portugal, na sua qualidade de Estado Membro da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), da União Europeia (UE), da Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (EUROCONTROL) e de Estado Participante no Acordo Multilateral relativo às Taxas de Rota, encontra-se vinculado à legislação e regulamentos em vigor em matéria de política de preços dos serviços de navegação aérea, de Rota e de Terminal (vide Regulamentos e Códigos).

Com base no enquadramento ditado pelos diferentes regulamentos e legislação aplicáveis, conclui-se que a prestação de serviços de navegação aérea é uma atividade regulada a nível internacional, e que os resultados da NAV Portugal, tendo como base o método do custo majorado, são influenciados pelos fatores a seguir enunciados:

Exógenos:

- Tráfego (diferença entre a procura estimada, baseada nas projeções elaboradas pelo STATFOR - Serviço de Previsão e Estatística do Eurocontrol, e a procura real, de acordo com o mecanismo de partilha de riscos de tráfego estabelecido nos n.ºs 2 a 5, do artigo 13.º, do Regulamento de Execução (UE) n.º 391/2013;
- Inflação (diferença entre a inflação prevista (FMI) e a inflação real (EUROSTAT) – índice acumulado em cada período de referência;
- Voos isentos (diferença entre voos estimados e voos reais, cujo custo tem sido, até à data, totalmente suportado pela NAV Portugal. No entanto, de acordo com o estabelecido no Artigo 10.º do Regulamento de Execução (UE) N.º 391/2013 e nos princípios do EUROCONTROL, os custos com os voos isentos devem ser reembolsados pelo Estado aos Prestadores de Serviços, facto que, no entanto, e até à data, não se tem verificado). De referir que a proposta apresentada pela Empresa, relativamente aos Estatutos, conforme referido no capítulo IV deste relatório, contempla o respetivo cumprimento pelo Governo ou seja o reembolso destes custos à NAV Portugal.

Endógenos:

- Desvios entre os custos determinados e os custos reais controláveis, que de acordo com a regulamentação em vigor, para ambas as atividades – rota e terminal – não poderão ser recuperados através das taxas pagas pelos utilizadores, com reflexo direto no resultado da Empresa.

Para além do enquadramento normativo atrás referido, que regula a atividade de prestação de serviços de navegação aérea, não existem orientações específicas definidas pelos ministérios que tutelam o exercício desta atividade pela NAV Portugal.

III-ESTRUTURA DE CAPITAL

A Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E. é uma entidade pública empresarial com um capital estatutário de 25 milhões de Euros.

Este capital estatutário, como sucede em todas as entidades públicas empresariais, é indecomponível, isto é, não pode ser fracionado em participações sociais e não é titulado por ações, pelo que, em rigor, o Estado não é, em relação às E.P.E., um verdadeiro acionista, embora, nos termos do Artigo 59º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o Novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, esse capital estatutário seja detido pelo Estado e seja remunerado de acordo com o regime previsto para a distribuição dos lucros do ano nas sociedades anónimas.

Uma vez que a NAV Portugal, nos termos da lei e dos seus estatutos, não possui o órgão social Assembleia Geral, a Empresa está submetida aos poderes de superintendência do Estado, quer através do Conselho de Ministros, quer das tutelas financeira (Ministro das Finanças) e setorial (Ministro do Planeamento e das Infraestruturas) que, de acordo com o artigo 39º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, têm a faculdade de definir orientações de gestão estratégica gerais e setoriais.

Atenta a natureza jurídica da NAV Portugal, E.P.E. como entidade pública empresarial com capital 100% público, e considerando que os acordos parassociais respeitam a acordos celebrados entre todos ou alguns sócios de uma sociedade comercial (cfr. artigo 17.º do Código das Sociedades Comerciais), a presente situação não é aplicável à NAV Portugal, E.P.E. que possui como único acionista o Estado Português.

IV·PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2016 a NAV Portugal detinha um conjunto de participações sociais no montante de 344.684 €, nos capitais das entidades discriminadas no mapa a seguir apresentado:

	Edisoft - Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.	Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	European Satellite Services Provider, SAS	Total
Capital detido (€)	175.000	86.351	83.333	344.684
%	17,50%	3,89%	8,33%	
Nº de votos	35.000	1.997	1	

A EDISOFT – Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S. A. tem como objeto a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e manutenção na área da informática, a produção, desenvolvimento, comercialização e fornecimento de sistemas informáticos, a produção multimédia e tecnologias aeroespaciais, tanto no âmbito civil como militar.

A FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é uma empresa do Grupo Montepio, constituída legalmente em 14 de janeiro de 1988, especializada na gestão de Fundos de Pensões. Criada com o objetivo de realizar todas as operações de gestão e investimento relacionadas com os fundos de pensões, a FUTURO dispõe de um *know-how* de mais de 25 anos de atividade nesta área, procurando ser precursora no mercado de produtos diversificados para pensões e oferecer produtos cujos esquemas de capitalização possam acompanhar a evolução e sofisticação do mercado de capitais.

O *European Satellite Services Provider*, SAS (ESSP) foi fundado em 2001, como um Agrupamento Europeu de Interesse Económico (EEIG), forma jurídica considerada como mais adequada para a fase de desenvolvimento da empresa. Em 2008, o ESSP foi transformado em sociedade de responsabilidade limitada – o ESSP-SAS, tendo transferido a sua sede para Toulouse. O principal objetivo do ESSP é implementar o Contrato com a Comissão Europeia, assinado em 2009, que autoriza a empresa a tornar-se o operador do sistema EGNOS e EGNOS *Safety of Life (SoL) service provider*, em especial para a aviação civil.



Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecidos nas demonstrações financeiras das empresas são como segue:

	% capital detido	Ativos	Passivos	Capital Proprio	Resultado do exercício
Edisoft-Emp.Serv. Desenv. SW, S.A.	17,5%	5.222.046	4.423.293	798.753	382.225
Futuro - Soc. Gestora de F. Pensões, S.A.	3,89%	10.736.805	4.554.300	6.182.505	502.418
European Satellite Services Provider, SAS	8,33%	33.750.632	20.215.679	11.252.390	3.353.320
31 de Dezembro de 2016		49.709.483	29.193.272	18.233.648	4.237.963

As participações sociais detidas pela NAV Portugal em 2016 não sofreram qualquer alteração relativamente ao ano anterior.

Os membros do Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não são, quer direta ou indiretamente, em conjunto ou individualmente, titulares de participações, qualificadas ou não, noutras empresas.

No decorrer do ano, registou-se o montante de 24,8 mil euros, relativo a conservação e reparação de equipamento e trabalhos especializados fornecidos pela Edisoft e foi estabelecido entre a NAV Portugal e o Consorcio EDISOFT – THALES o contrato nº 2016/06/FORN/DEP para fornecimento e instalação de sistemas DVOR/DME para Viseu, Nisa e Porto no montante de € 1.124.000 + IVA, (totalizando € 1.382.520).

Relativamente à Futuro S.A., esta empresa continua a ser responsável pela gestão dos fundos de pensões da NAV Portugal, registando-se o pagamento de € 694 535 referentes a 2016.

Em 2016, regista-se a continuação da prestação de serviços à ESSP, ao abrigo do contrato RIMS ACR-LSB-MAD, para o período 2014-2021.

V. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

São órgãos da Empresa o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Nos termos dos Estatutos da Empresa não existe Assembleia Geral.

ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

Identificação do modelo de Governo adotado

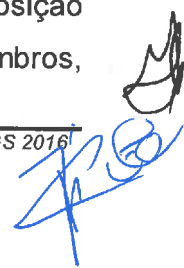
Os artigos 5º a 10º dos Estatutos da NAV Portugal regulamentam as matérias relativas à composição, competência e funcionamento do Conselho de Administração, carecendo, todavia, de atualização em conformidade com o Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, com a Resolução do Conselho de Ministros nº 101-A/2010, de 27 de dezembro, que altera a composição deste órgão de gestão e ainda com o preceituado no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro.

A validade das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração depende do facto de estar presente a maioria dos seus membros em efetividade de funções, não podendo estes abster-se de votar nem fazê-lo por correspondência.

O Presidente do Conselho de Administração tem voto de qualidade e pode opor o seu veto a quaisquer deliberações que repute contrárias à lei, aos estatutos, aos regulamentos internos da Empresa, à política definida pela tutela ou aos legítimos interesses do Estado, com a consequente suspensão da executoriedade da deliberação até que sobre esta se pronuncie o Ministro da Tutela.

A composição do Conselho de Administração da NAV Portugal encontra-se estabelecida no nº 1 do artigo 5º dos Estatutos da NAV Portugal, aprovados pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de Dezembro, alterados e republicados pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de Abril, sendo este órgão constituído por cinco membros, um Presidente e quatro vogais.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a composição dos Conselhos de Administração das empresas públicas passou a ser de 3 membros,



em conformidade com o n.º 2 do seu artigo 31.º. Contudo, esta nova composição não é de aplicação direta, carecendo de ser refletida nos estatutos das empresas públicas, os quais tinham que ser adaptados ao novo regime do setor público empresarial no prazo máximo de 180 dias a contar da data da entrada em vigor do referido regime.

Uma vez transcorrido o prazo previsto para a adaptação dos estatutos, as normas do Decreto-Lei n.º 133/2013 passaram a prevalecer sobre os Estatutos das Empresas Públicas que, dentro de tal prazo, não tivessem sido adaptados, ressalvando-se, porém, o disposto no n.º 3 do artigo 73.º deste diploma, no qual se determina que “As normas relativas à composição da administração e fiscalização das empresas públicas a que se referem o n.º 2 do artigo 31.º e os nos 1 e 2 do artigo 33.º aplicam-se a partir do mandato imediatamente seguinte ao que se encontre em curso no termo do prazo a que se refere o número anterior.”

Assim, e face à ausência de aprovação do projeto de Estatutos tempestivamente submetido pela NAV Portugal, E.P.E. à tutela, as normas do Decreto-Lei n.º 133/2013 passaram, por conseguinte, a prevalecer sobre os Estatutos da empresa. Porém, não se tendo dado início, de imediato, a um novo mandato por parte do Conselho de Administração da NAV Portugal após o termo decorrido para a adaptação dos respetivos estatutos, este órgão continuou sendo constituído, nos termos estatutários, por 5 (cinco) membros - um presidente e quatro vogais, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 5.º dos Estatutos da NAV Portugal, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de Dezembro, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de Abril, sendo a nomeação feita pelo Conselho de Ministros – pese embora a sua composição efetiva tivesse passado a ser de apenas 3 (três) elementos: um presidente e dois vogais.

Mediante a Resolução n.º 6/2012, de 9 de fevereiro, publicada na II Série do Diário da Republica n.º 29, de 9 de fevereiro de 2012, procedeu-se à nomeação dos membros do Conselho de Administração da NAV Portugal, para o triénio de 2012 a 2014: como Presidente o Senhor Eng.º Luis Filipe Ottolini Bebiano Coimbra, como Vogal o Senhor General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo e como Vogal o Senhor Dr. Carlos Manuel de Abreu, só tendo o Conselho de Ministros designado três membros do Conselho de Administração da NAV Portugal, não tendo havido nomeação do terceiro e

quarto Vogais do Conselho de Administração. Entretanto, ainda em 2012, mediante a Resolução n.º 29/2012, de 2 de agosto, publicada na II Série do Diário da República n.º 149, de 2 de agosto de 2012, foi nomeada Vogal do Conselho de Administração, a Senhora Dr.ª Teresa Maria da Silva Gomes, atento o falecimento do Vogal Senhor Dr. Carlos Manuel de Abreu.

Acresce que, atenta a renúncia de um dos vogais do Conselho de Administração, cujos efeitos se produziram a partir de 1 de fevereiro de 2015, este órgão passou a ter apenas 2 (dois) membros em efetividade de funções, situação que ocasionou a inexistência de quórum mínimo para que, nos termos do n.º 1 do Artº 5º dos Estatutos da NAV Portugal, o Conselho de Administração pudesse reunir e deliberar validamente, pelo que todas as decisões inadiáveis ou de especial relevo para o regular funcionamento da Empresa e para a prossecução das suas atribuições foram tomadas com fundamento em estado de necessidade, uma vez verificados os pressupostos legais consagrados no n.º 2 do Artigo 3º do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro.

Por sua vez, e em consequência da renúncia ao mandato da então vogal do Conselho de Administração, cujos efeitos se produziram a partir de 1 de Março de 2016, o Conselho de Administração passou a ser constituído apenas pelo seu Presidente, situação que se manteve até 14 de Julho de 2016, data da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros que nomeou, sob proposta dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas, os novos membros do Conselho de Administração da NAV Portugal, E.P.E. (Resolução n.º 24/2016, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 148, de 3 de agosto de 2016), para o triénio de 2016 a 2018: como Presidente o Senhor Tenente Coronel Albano Manuel Carvalho Coutinho, como Vogais a Senhora Dr.ª Egídia Pinto de Queiroz Martins e o Senhor Eng.º Francisco César Ramos Fernandes Gil.

Em conformidade com o n.º 3 do artigo 5.º dos Estatutos da NAV Portugal, o mandato do Conselho de Administração tem a duração de 3 (três) anos, sendo renovável por uma ou mais vezes (até ao limite máximo de 3 renovações, face ao n.º 2 do artigo 15.º do Estatuto do Gestor Público), contando-se como completo o ano civil em que tenham

sido nomeados e permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição ou declaração escrita da cessação das mesmas.

Em conformidade com as já citadas Resoluções n.º 6 e 29/2012 e n.º 24/2016 do Conselho de Ministros, não foi feita a distinção de membros executivos e não executivos do Conselho de Administração da NAV Portugal, sendo todos membros executivos.

Mandato I

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2012-2014	Presidente ⁽¹⁾	Luís Filipe Ottolini Coimbra	Resolução n.º 6/2012	09-02-2012	n.a.	D
2012-2014	Vogal ⁽²⁾	Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	Resolução n.º 6/2012	09-02-2012	n.a.	D
2012-2014	Vogal ⁽³⁾	Teresa Maria da Silva Gomes	Resolução n.º 29/2012	02-08-2012	n.a.	D

⁽¹⁾ Cessou funções a 13 de julho de 2016.

⁽²⁾ Cessou funções a 31 de janeiro de 2015.

⁽³⁾ Cessou funções a 29 de fevereiro de 2015.

Presidente – Luís Filipe Ottolini Coimbra, 71 anos

Até à data em que cessou funções (13 de julho de 2016) foi responsável pela coordenação e orientação geral das atividades do Conselho de Administração, competindo-lhe em especial convocar e presidir às reuniões, representar a Empresa quer no plano nacional quer no internacional, assegurar as relações da Empresa com o Governo e convocar e presidir as reuniões conjuntas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Acumula, ainda, a responsabilidade pela Direção de Relações Laborais e pelos Gabinetes de Comunicação e Imagem, de Assuntos Jurídicos e pela Área de Formação e a partir de 1 de fevereiro de 2015, em virtude da cessação de funções do vogal Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo, passou a ser responsável pelas Direções de Estudos e Projetos, de Operações da Região de Lisboa, de Operações da Região do Atlântico e de Segurança, Estratégia e Qualidade.

Licenciatura em Engenharia Aeronáutica e Mecânica e Pós-graduação em Gestão Aeroportuária.

Carreira Profissional: Presidente do Conselho de Administração da NAV Portugal EPE, desde Fevereiro de 2012; Assessor do Conselho de Administração da ANA SA (2008-2012); Membro do Conselho de Administração do INAC (2003-2007); Assessor do

Conselho de Administração da ANA SA (2001); Membro do Grupo de Trabalho para o Novo Aeroporto de Lisboa (1998-2000); Diretor de Apoio à Regulamentação e Licenciamento Aeronáutico (1994-1996); Diretor-geral adjunto de Aeroportos na ANA EP (1990-1993); Diretor de Planeamento e Desenvolvimento Aeroportuário da ANA EP (1984-1989); Chefe de Serviço de Planeamento Aeroportuário na ANA EP (1978-1989). Foi ainda Membro do Conselho de Administração do projeto «Galileo» (2004-2008) e Coordenador dos estudos sobre o Novo Aeroporto de Lisboa (1987-1996).

Vogal – Teresa Maria da Silva Gomes, 66 anos

Até à data em que cessou funções (29 de fevereiro de 2016) foi responsável pelas Direções Administrativa e Financeira e de Auditoria e Controlo de Gestão.

Licenciatura em Finanças.

Carreira Profissional: Membro do Conselho de Administração da NAV EPE, desde Julho 2012; Diretora Administrativa e Financeira da NAV EPE (1999-2012); Chefe do Projeto de Instalação da NAV EPE (1998-1999); Responsável pela Divisão de Taxas e Estudos Económicos da ANA EP (1995-1998); Responsável pelo Serviço de Assessoria para as Relações Exteriores da Direção de Navegação Aérea da ANA EP (1987-1995); Técnica do Serviço de Taxas de Rota da ANA EP (1980-1987); Responsável pelo Serviço de Política de Preços da ANA EP (1978-1979); Técnica na Direção-Geral de Preços e na Direção-Geral do Comércio Interno, Ministério da Economia (1974-1977); Técnica da Direção Financeira da CINORTE, Cimentos Norte (1973-1974). Em representação de Portugal, é Membro do Comité Alargado para as Taxas de Rota, no qual, durante o ano de 2002, presidiu a este órgão executivo da Organização EUROCONTROL, encarregue de supervisionar o funcionamento do Sistema de Taxas de Rota e de preparar as Decisões da Comissão Alargada. Desde 1978, participa em diversos grupos de trabalho da OACI e da EUROCONTROL e assegura a representação de Portugal nas reuniões anuais de Consulta com as Organizações Representativas dos Utilizadores (IATA, ATA, IACA, ERA, EBBA e IAOPA).

Mandato II

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2016-2018	Presidente	Albano Manuel Carvalho Coutinho	Resolução nº 24/2016	14-07-2016	n.a.	D
2016-2018	Vogal	Egídia Pinto de Queiroz Martins	Resolução nº 24/2016	14-07-2016	n.a.	D
2016-2018	Vogal	Francisco César Ramos Fernandes Gil	Resolução nº 24/2016	14-07-2016	n.a.	D

Presidente – Albano Manuel Carvalho Coutinho, 53 anos

Responsável pela coordenação e orientação geral das atividades do Conselho de Administração, competindo-lhe em especial convocar e presidir às reuniões, representar a Empresa quer no plano nacional quer no internacional, assegurar as relações da Empresa com o Governo e convocar e presidir as reuniões conjuntas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Acumula, ainda, a responsabilidade pelas Direções de Operações da Região de Lisboa, de Operações da Região do Atlântico e de Segurança, Estratégia e Qualidade, bem como o Gabinete dos Assuntos Jurídicos.

Formação académica nos cursos de formação de Oficiais do Quadro Permanente da Força Aérea (CFMT da FAP) e Curso Geral de Guerra Aérea (IAEFA).

Carreira Profissional: Presidente do Conselho de Administração da NAV Portugal EPE, desde Julho de 2016; Inspetor de Navegação Aérea da ANAC/EASA (2010-2016); Chefe do Centro de Gestão de tráfego Aéreo da Força Aérea (2006-2010); Comandante da Esquadra Independente de Tráfego Aéreo no ACC de Lisboa (2005-2006); Comandante da Esquadra de Tráfego Aéreo da Base das Lajes (2004-2005); Chefe do Centro de Operações Aéreas da Base das Lajes (1997-2005); Comandante de Esquadrilha de tráfego Aéreo da Base das Lajes (1997-1999); Supervisor do Serviço de Informação de Voo no ACC de Lisboa (1994-1997); Chefia de diversos Serviços de Tráfego Aéreo e Centros de Operações Aéreas nas Bases de Tancos (1981-1989) e Ovar (1989-1994); Controlador de Tráfego Aéreo

Vogal – Egídia Pinto de Queiroz Martins, 64 anos

Responsável pelas Direções de Relações Laborais, Administrativa e Financeira e de Auditoria e Controlo de Gestão.


 junho17

Licenciatura em Controlo Financeiro (ISCAL); Pós-Graduação em Finanças Empresarias (ISCTE) e Pós-Graduação em Gestão (ISCTE).

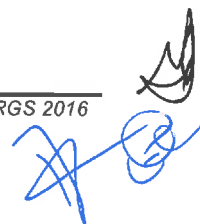
Carreira Profissional: Membro do Conselho de Administração da NAV Portugal EPE, desde Julho de 2016; Assessora Financeira na Navegação Aérea de Portugal (2006-2016); Chefe da Divisão Financeira da Navegação Aérea de Portugal (1999-2006); Chefe dos Serviços Financeiros, Contabilidade, Fiscalidade e Património da ANA, Aeroportos de Portugal S.A. (1992-1998); Técnica Superior na Direção Financeira da ANA, Aeroportos de Portugal S.A.

Vogal – Francisco Cézar Ramos Fernandes Gil, 42 anos

Responsável pela Direção de Estudos e Projetos, Área de Formação e Gabinete de Comunicação e Imagem.

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (IST) e MBA (UC Lisboa).

Carreira Profissional: Membro do Conselho de Administração da NAV EPE, desde Julho 2016; Vogal do Conselho de Administração do Grupo SATA (2013-2016); Presidente da Direção da Associação de Turismo dos Açores (desde 2013); Vogal da Direção da Escola de Formação Turística e Hoteleira dos Açores (desde 2013); Membro da Direção da IPSS- Centro Paroquial de São José (desde 2011); Vogal do Conselho de Administração do Teatro Micaelense (2011-2013); Diretor Executivo da Associação de Turismo dos Açores (2010-2013); Administrador da NGV Promoção Imobiliária S.A. (2006-2013); Diretor-Geral da Aldeiaisilha Promoção Imobiliária S.A. (2006-2010); Consultor Sénior na Leadership Business Consulting (2004-2006); Consultor no Grupo de Planeamento e Otimização de Lisboa da MOTOROLA (2002-2003); Engenheiro Consultor de Planeamento e Rádio-Frequência ONIWAY Infocomunicações (2001-2002); Engenheiro Consultor de Planeamento e Rádio-Frequência NORTEL Networks Suíça e Espanha (2000-2001); Engenheiro Consultor de Planeamento e Rádio-Frequência ERICSSON España, S.A. (1999-2000); Engenheiro Consultor de Planeamento e Rádio-Frequência OPTIMUS Telecomunicações, S.A. (1998-1999).



As evidências da apresentação na Inspeção-Geral de Finanças e ao Conselho Fiscal de declaração, de cada um dos membros do Conselho de Administração, indicando as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha, direta ou indiretamente, na Empresa ou em qualquer outra empresa (cfr. artigo 52º, nº 9 do RJSPE), bem como as relações relevantes que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da Empresa, suscetíveis de gerar conflitos de interesses, constam do capítulo XI – ANEXOS DO RGS, deste documento.

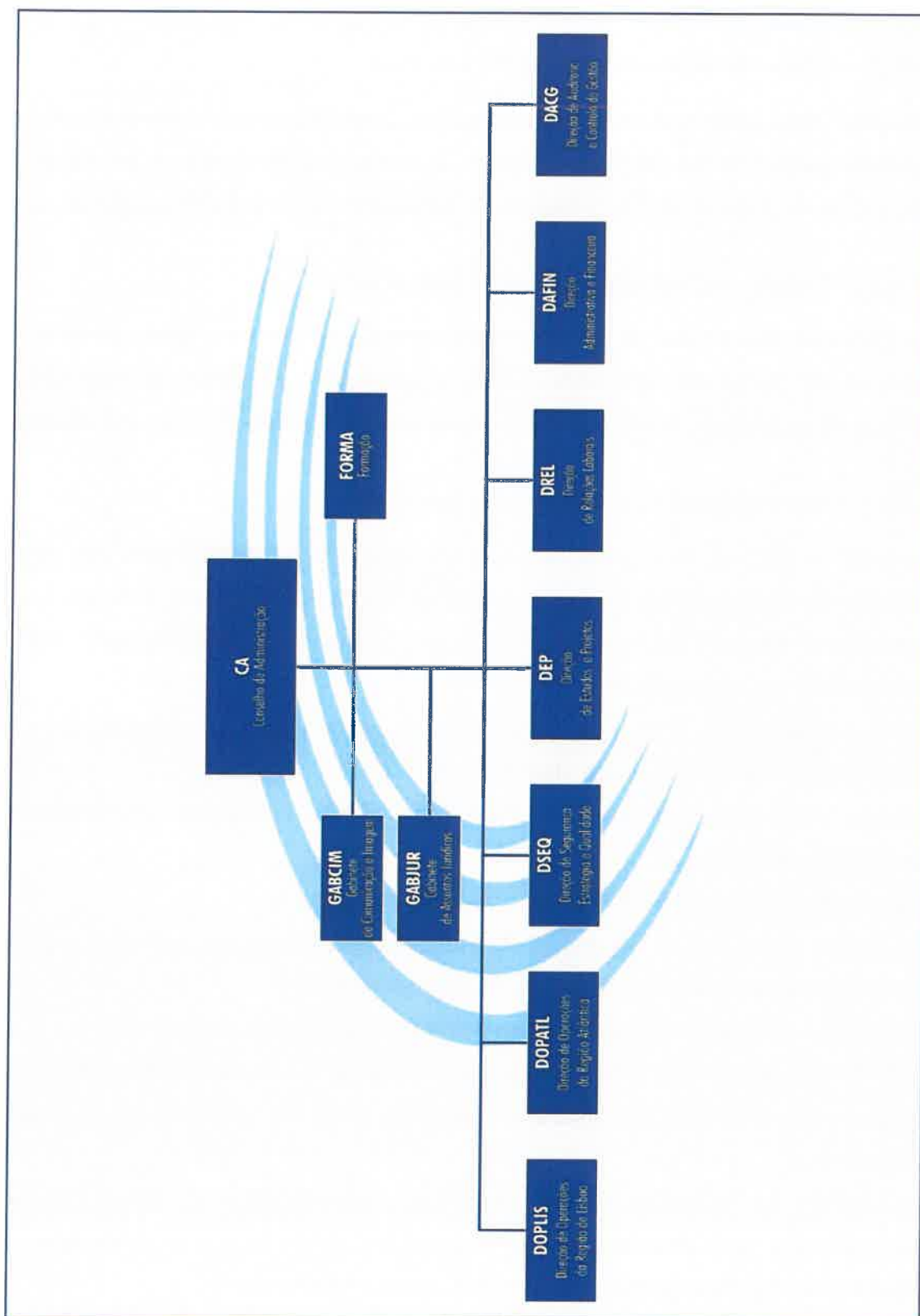
Nenhum dos membros do Conselho de Administração exerceu em simultâneo em outras empresas qualquer outro cargo ou atividade relevante no decurso do ano de 2016, conforme resulta da nota curricular de cada um, reproduzida no presente Relatório.

Acresce que os membros do Conselho de Administração não mantêm relações familiares, profissionais ou comerciais com o acionista único (o Estado Português).



junho17

Estrutura Funcional



A Missão atribuída a cada órgão da estrutura da Empresa foi objeto de deliberação do Conselho de Administração e sintetiza-se nos termos seguintes:

DOPLIS – Direção de Operações da Região de Lisboa

Assegurar, de acordo com as normas e regulamentos nacionais e internacionais e nas melhores condições de segurança (*safety & security*) e eficiência, a prestação dos serviços de navegação aérea na Região de Informação de Voo (RIV) de Lisboa.

DOPATL – Direção de Operações da Região Atlântica

Assegurar, de acordo com as normas e regulamentos nacionais e internacionais e nas melhores condições de segurança (*safety & security*) e eficiência, a prestação dos serviços de navegação aérea na Região de Informação de Voo (RIV) de Santa Maria.

DSEQ – Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade

Promover e garantir com base nas normas nacionais e internacionais em vigor, a definição da política de segurança operacional (*Safety*) da Empresa, assegurar a sua aplicação e fornecer informação regular ao Conselho de Administração sobre a situação da Empresa nesta área.

Definir procedimentos e rotinas operacionais e de manutenção, assegurando a sua harmonização e consistência na Empresa.

Elaborar indicadores que permitam uma correta análise e avaliação do desempenho operacional da Empresa.

Definir a doutrina de formação operacional ATM na Empresa.

Realizar as Inspeções de Segurança Operacional necessárias que permitam a deteção e correção de situações anómalas nos órgãos operacionais.

Coordenar a elaboração da proposta de orientação estratégica da Empresa.

Coordenar as relações da NAV Portugal com *stakeholders*, assegurando a definição de posições da Empresa em diversas matérias junto de organismos nacionais e internacionais.

Acompanhar os desenvolvimentos estratégicos da tecnologia do setor através do relacionamento com as entidades nacionais/internacionais relevantes, assegurando a definição de posições e pontos de vista da Empresa nesta matéria.

Assegurar as atividades de dinamização de Gestão da Qualidade e Ambiente na Empresa, nomeadamente, no que se refere à criação, desenvolvimento, monitorização e melhoria dos sistemas a ela associados, garantindo a certificação e manutenção destes segundo as normas aplicáveis.

Desenvolver as atividades necessárias para, em colaboração com todas as áreas da Empresa, integrar nesses sistemas a Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho no Sistema Integrado de Gestão da Qualidade segundo as normas aplicáveis.

Acompanhar e coordenar todas as ações no âmbito da SW FAB.

Propor ao Conselho de Administração as medidas necessárias à prossecução da política de Qualidade e Ambiente.

DEP – Direção de Estudos e Projetos

Realizar e coordenar estudos técnicos ou participar em projetos de desenvolvimento tecnológico no domínio dos sistemas de apoio à atividade de gestão de tráfego aéreo, comunicações, navegação e vigilância, em observância às normas nacionais e internacionais aplicáveis ao setor.

Gerir os projetos referentes aos investimentos e desenvolvimentos operacionais, assegurando a entrega do produto final ao utilizador, dentro dos requisitos, prazos e orçamentos definidos.

Apoiar as Direções da Empresa com a realização de projetos de infraestruturas.

Preparar o Plano de Grandes Investimentos com a inscrição dos projetos e desenvolvimentos necessários ao cumprimento dos requisitos operacionais.

Assegurar a representação da Empresa em organismos, nacionais e internacionais, nas áreas de âmbito técnico no domínio CNS/ATM e apoiar a Empresa, na respetiva área de competência, no cumprimento de responsabilidades assumidas pela NAV Portugal perante organismos externos.

Cumprir os normativos de segurança e qualidade emanados pelos órgãos competentes.

Promover a inovação tecnológica nos sistemas de apoio ao controlo de tráfego aéreo.

Participar em projetos estratégicos de interesse específico para a Empresa.

Assegurar a gestão do espectro radioelétrico das bandas aeronáuticas.

DREL – Direção de Relações Laborais

Realizar uma eficiente gestão dos recursos humanos, no curto, médio e longo prazo de modo a garantir a disponibilidade dos meios necessários, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos (capacidades e competências), para a prossecução das atividades da Empresa.

Acompanhar o clima organizacional e identificar fatores motivacionais e propor medidas para o desenvolvimento profissional e melhoria do desempenho dos trabalhadores.

DAFIN – Direção Administrativa e Financeira

Propor e assegurar a execução das medidas de política económico-financeira da Empresa.

Efetuar o planeamento financeiro e orçamental da Empresa.

Gerir os sistemas de taxas de rota e de terminal, os sistemas e tecnologias de informação e de documentação e a carteira de seguros da Empresa.

Contribuir para a definição da política de investimentos da Empresa e seu financiamento.

Definir as diretivas relativas aos Sistemas de Informação Administrativos.

Assegurar, no âmbito da Gestão de Contratos, uma política de compras comum a toda a Empresa.

DACG – Direção de Auditoria e Controlo de Gestão

Assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dos requisitos regulamentares propondo e mantendo atualizado o Plano de Negócios da Empresa.

Definir o modelo de controlo de gestão que contribua para a política de planeamento estratégico da NAV Portugal, dinamizando o processo de *Controlling* e de *Reporting* na Empresa e controlando, de forma integrada, a execução dos planos, operacional e de investimentos de médio e de longo prazo.

Elaborar um plano de ação que avalie a eficácia dos processos críticos de gestão, identificando riscos e recomendando medidas de mitigação.

Executar os Programas Anuais de Auditoria, acompanhando e monitorizando a implementação de medidas corretivas.



junho17

FORMA – Formação

Propor políticas de formação e assegurar a realização dos planos de formação, em articulação com as várias áreas da Empresa.

Promover, em articulação com as várias áreas da Empresa, a definição dos conteúdos programáticos de formação que satisfaçam as necessidades identificadas e a atualização contínua dos cursos a ministrar.

Colaborar na promoção de ações de formação para o exterior.

GABJUR – Gabinete de Assuntos Jurídicos

Prestar assessoria jurídica aos diversos órgãos da Empresa e ao Conselho de Administração, tratando das questões legais inerentes ao desempenho da atividade.

Assegurar o patrocínio judicial da Empresa perante as várias instâncias judiciais.

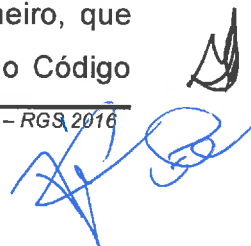
GABCIM – Gabinete de Comunicação e Imagem

Apoiar o Conselho de Administração na criação e difusão de uma boa imagem institucional da Empresa a nível nacional e internacional.

Delegação de poderes:

Por Deliberação do Conselho de Administração da NAV Portugal, tomada na sua reunião de 29 de junho de 2009, procedeu-se à delegação da competência para decidir e praticar atos em matéria de gestão de pessoal, em cada um dos membros do Conselho, relativamente aos serviços compreendidos nas respetivas áreas de responsabilidade (pelouros) e, especialmente no Presidente, em relação a todas as áreas, com faculdade de subdelegação nos Diretores da sua área de responsabilidade, aprovando a Ordem de Serviço n.º 005/09.

Por sua vez, mediante a Deliberação do Conselho de Administração da NAV Portugal, tomada na sua reunião n.º 002/13, de 14 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração da NAV Portugal, E.P.E. aprovou a delegação e subdelegação de poderes em matéria de autorização de despesas e formação e execução de contratos públicos, em conformidade com o disposto na alínea a) do artigo 7.º dos Estatutos da NAV Portugal, nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, a que correspondem os artigos 44º a 50º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo e no artigo 109.º do Código



dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como à atribuição de pelouros pelos membros do Conselho de Administração e a definição de regras em casos de ausências, faltas ou impedimentos dos mesmos, aprovando a Ordem de Serviço n.º 004/2013.

Assim, em cumprimento desta última Deliberação do Conselho de Administração, foram publicados os despachos de subdelegação de poderes em matéria de autorização de despesas e formação e execução de contratos públicos seguidamente indicados, tendo alguns dos mesmos caducado, por extinção, no decurso do ano de 2015, conforme adiante se evidenciará:

- Despacho n.º 3087/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 40, de 26 de fevereiro de 2013, referente à subdelegação de poderes na Diretora da Direção de Operações da Região de Lisboa;
- Despacho n.º 3273/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 42, de 28 de fevereiro de 2013, referente à subdelegação de poderes no Diretor do Gabinete de Assuntos Jurídicos;
- Despacho n.º 3274/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 42, de 28 de fevereiro de 2013, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade;
- Despacho n.º 3275/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 42, de 28 de fevereiro de 2013, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Operações da Região Atlântica;
- Despacho n.º 3276/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 42, de 28 de fevereiro de 2013, referente à subdelegação de poderes na Diretora do Gabinete de Comunicação e Imagem;
- Despacho n.º 3277/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 42, de 28 de fevereiro de 2013, referente à subdelegação de poderes no Responsável pela Área da Formação;



- Despacho n.º 3362/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 43, de 1 de março de 2013, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Estudos e Projetos;
- Despacho n.º 3363/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 43, de 1 de março de 2013, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Auditoria e Controlo de Gestão;
- Despacho n.º 3364/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 43, de 1 de março de 2013, referente à subdelegação de poderes na Diretora da Direção de Relações Laborais;
- Despacho n.º 3365/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 43, de 1 de março de 2013, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção Administrativa e Financeira;
- Despacho n.º 15746/2014, de 9 de dezembro de 2014, publicado na II Série do Diário da República n.º 251, de 30 de dezembro de 2014, referente à subdelegação de poderes no novo Responsável da Área de Formação.

Entretanto, na decorrência da renúncia do Vogal do Conselho de Administração, Senhor General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo, cujos efeitos se produziram a partir de 1 de fevereiro de 2015, verificou-se a consequente extinção por caducidade, dos atos de subdelegação de poderes por si praticados, a saber: Despacho n.º 3087/2013, Despacho n.º 3274/2013, Despacho n.º 3275/2013 e Despacho n.º 3362/2013, todos de 5 de fevereiro de 2013, tendo dado lugar aos seguintes despachos de subdelegação de poderes em matéria de autorização de despesas e formação e execução de contratos públicos:

- Despacho n.º 2563/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicado na II Série do Diário da República n.º 48, de 10 de março de 2015, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade;
- Despacho n.º 2564/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicado na II Série do Diário da República n.º 48, de 10 de março de 2015, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Estudos e Projetos;
- Despacho n.º 2565/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicado na II Série do Diário da República n.º 48, de 10 de março de 2015, referente à subdelegação de poderes na Diretora da Direção de Operações da Região de Lisboa;

- Despacho n.º 2566/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicado na II Série do Diário da República n.º 48, de 10 de março de 2015, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Operações da Região Atlântica;

Posteriormente, com a entrada em funções do atual Conselho de Administração, a Deliberação do Conselho de Administração da NAV Portugal, tomada na sua reunião n.º 08/2016, de 20 de Julho de 2016, o Conselho de Administração da NAV Portugal, E.P.E. aprovou a delegação e subdelegação de poderes em matéria de autorização de despesas e formação e execução de contratos públicos, em conformidade com os normativos atrás mencionados, bem como procedeu à atribuição de pelouros pelos membros do Conselho de Administração e a definição de regras em casos de ausências, faltas ou impedimentos dos mesmos, aprovando a Ordem de Serviço n.º 006/2016.

Assim, em cumprimento desta última Deliberação do Conselho de Administração, foram publicados os despachos de subdelegação de poderes em matéria de autorização de despesas e formação e execução de contratos públicos seguidamente indicados:

- Despacho n.º 12666/2016, de 6 de Outubro de 2016 publicado na II Série do Diário da República n.º 202, de 20 de Outubro de 2016, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Operações da Região de Lisboa, no Diretor da Direção de Operações da Região Atlântica, no Diretor de Segurança, Estratégia e Qualidade e no Diretor do Gabinete de Assuntos Jurídicos;
- Despacho n.º 12715/2016, de 6 de Outubro de 2016, publicado na II Série do Diário da República n.º 203, de 21 de Outubro de 2016, referente à subdelegação de poderes na Diretora da Direção de Relações Laborais, no Diretor da Direção Administrativa e Financeira e no Diretor da Direção de Auditoria e Controlo de Gestão;
- Despacho n.º 13041/2016, de 6 de Outubro de 2016, publicado na II Série do Diário da República n.º 208, de 28 de Outubro de 2016, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Estudos e Projetos, na Diretora do Gabinete de Comunicação e Imagem e no Responsável pela Área da Formação.

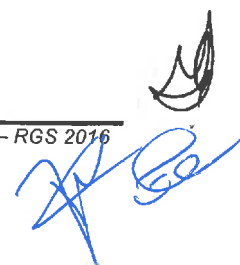
Atribuição de Pelouros:

Efetuada ao abrigo da referida Deliberação do Conselho de Administração, na sua reunião n.º 002/2013, de 14 de janeiro de 2013, que aprovou a Ordem de Serviço n.º 004/2013, mediante a qual foram atribuídos os seguintes pelouros:

- Ao Presidente do Conselho de Administração, Sr. Engenheiro Luis Filipe Ottolini Bebiano Coimbra:
 - A coordenação geral do Conselho de Administração;
 - A Direção de Relações Laborais (DREL);
 - O Gabinete de Comunicação e Imagem (GABCIM);
 - O Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR);
 - A Área da Formação (FORMA).
- Ao Vogal do Conselho de Administração, Sr. General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo:
 - A Direção de Estudos e Projetos (DEP);
 - A Direção de Operações da Região de Lisboa (DOPLIS);
 - A Direção de Operações da Região Atlântica (DOPATL);
 - A Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade (DSEQ).
- À Vogal do Conselho de Administração, Sra. Dra. Teresa Maria da Silva Gomes:
 - A Direção Administrativa e Financeira (DAFIN);
 - A Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG).

Após a cessação de funções, a 31 de janeiro de 2015, do Vogal do Conselho de Administração, Sr. General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo, os pelouros que lhe haviam sido atribuídos nos termos da anteriormente referida Ordem de Serviço n.º 004/2013, passaram a ser da responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Engenheiro Luis Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

A 1 de março de 2016, após a cessão de funções, da Vogal do Conselho de Administração, Dr.ª Teresa Maria da Silva Gomes, a 29 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da Empresa ficou reduzido a um único elemento que é o próprio Presidente, estando assim impedido de reunir e deliberar validamente por falta de quórum.



Posteriormente, a 20 de julho de 2016, o Conselho de Administração, na sua 1ª reunião, após ter sido nomeado por RCM, em 14 de julho, deliberou proceder à distribuição de pelouros pelos seus membros, como se segue:

- Ao Presidente do Conselho de Administração, Senhor Tenente Coronel Albano Manuel Carvalho Coutinho:
 - A coordenação geral do Conselho de Administração;
 - A Direção de Operações da Região de Lisboa (DOPLIS);
 - A Direção de Operações da Região Atlântica (DOPATL);
 - A Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade (DSEQ);
 - O Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR).
- À Vogal do Conselho de Administração, Senhora Dr.ª Egídia Pinto de Queiroz Martins:
 - A Direção de Relações Laborais (DREL);
 - A Direção Administrativa e Financeira (DAFIN);
 - A Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG).
- Ao Vogal do Conselho de Administração, Senhor Eng.º Francisco César Ramos Fernandes Gil:
 - A Direção de Estudos e Projetos (DEP);
 - O Gabinete de Comunicação e Imagem (GABCIM);
 - A Área da Formação (FORMA).

Regras de substituição dos membros do Conselho de Administração:

Efetuada ao abrigo da anteriormente mencionada Deliberação do Conselho de Administração, na sua reunião n.º 002/2013, de 14 de janeiro de 2013, que aprovou a Ordem de Serviço n.º 004/2013, onde se estabelece que, nos casos de ausência, faltas ou impedimentos dos membros do Conselho de Administração, serão observadas as seguintes regras:

- O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Engenheiro Luis Filipe Ottolini Bebiano Coimbra, é substituído pelo Vogal do Conselho de Administração, Sr. General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo;



- O Vogal do Conselho de Administração, Sr. General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo, é substituído pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Engenheiro Luis Filipe Ottolini Bebiano Coimbra;
- A Vogal do Conselho de Administração, Sra. Dra. Teresa Maria da Silva Gomes, é substituída pelo Vogal do Conselho de Administração, Sr. General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo;
- No caso de ausência, falta ou impedimento simultâneas de dois membros do Conselho de Administração, estes serão substituídos pelo terceiro membro do Conselho de Administração.

Todavia, tendo em conta a cessação de funções, a 31 de janeiro de 2015, do Vogal do Conselho de Administração, Sr. General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo, as regras em vigor relativas à substituição dos membros do Conselho de Administração, constantes da Ordem de Serviço nº 004/2013, deixaram de ter aplicabilidade, atenta a impossibilidade efetiva da respetiva observância.

Cronologicamente, em 2016, ao abrigo da anteriormente mencionada Deliberação do Conselho de Administração, na sua reunião n.º 004/2016, de 20 de julho, o CA estabeleceu que, nos casos de ausência, faltas ou impedimentos dos membros do Conselho de Administração, serão observadas as seguintes regras:

- O Presidente do Conselho de Administração, Senhor Tenente Coronel Albano Manuel Carvalho Coutinho, é substituído pela Vogal do Conselho de Administração, Senhora Dr.ª Egídia Pinto de Queiroz Martins;
- A Vogal do Conselho de Administração, Senhora Dr.ª Egídia Pinto de Queiroz Martins, é substituída pelo Presidente do Conselho de Administração, Senhor Tenente Coronel Albano Manuel Carvalho Coutinho;
- O Vogal do Conselho de Administração, Senhor Eng.º Francisco César Ramos Fernandes Gil, é substituído pela Vogal do Conselho de Administração, Senhora Dr.ª Egídia Pinto de Queiroz Martins;
- No caso de ausência, falta ou impedimento simultâneas de dois membros do Conselho de Administração, estes serão substituídos pelo terceiro membro do Conselho de Administração.

Funcionamento do Conselho de Administração

Nos termos dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração reúne ordinariamente, pelo menos quinzenalmente, e extraordinariamente sempre que o seu Presidente o convocar, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer dos seus membros. A validade das deliberações depende da presença nas reuniões da maioria dos membros do Conselho, devendo ser lavradas atas de todas as reuniões, em livro próprio, assinadas por todos os membros do Conselho presentes.

Considerando que, nos termos estatutários, o Conselho de Administração é composto por um Presidente e quatro Vogais, dependendo a validade das respetivas deliberações da presença, nas respetivas reuniões, da maioria dos seus membros e tendo em conta a cessação de funções, por renúncia, do Vogal do Conselho de Administração, Senhor General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo, ficou o Conselho de Administração, a partir de 1 de fevereiro de 2015, impossibilitado de reunir e deliberar validamente, pelo que as deliberações emanadas deste órgão ficaram sujeitas a ulterior ratificação, excetuadas aquelas que, sendo urgentes ou inadiáveis em função do cumprimento das obrigações legais por parte da Empresa ou da prestação do serviço público de navegação aérea que, legal e estatutariamente, a NAV Portugal, E.P.E. está obrigada a prestar e no respeito pelo preceituado no nº 2 do Artº 3º do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, foram proferidas ao abrigo do estado de necessidade, uma vez que se encontravam preenchidos os necessários pressupostos de facto e de direito que permitiram legitimar tal atuação.

Esta situação ficou ultrapassada com a nomeação, a 14 de julho de 2016, dos atuais membros do conselho de Administração da NAV Portugal para o triénio de 2016 a 2018.

Relativamente à entidade com a competência para avaliação de desempenho dos administradores executivos da NAV Portugal salientamos o disposto no artigo 6.º (avaliação do desempenho), do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que prevê o seguinte:



"1 - O desempenho das funções de gestão deve ser objecto de avaliação sistemática, tendo por parâmetros os objectivos fixados nas orientações previstas no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, ou decorrentes do contrato de gestão, bem como os critérios definidos em assembleia geral.

2 - Nas entidades públicas empresariais, a avaliação do desempenho compete aos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respectivo sector de actividade."

Por outro lado, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º dos Estatutos da NAV, compete ao Conselho Fiscal: *"Fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da actividade da empresa, tendo em vista, nomeadamente, a realização dos objectivos fixados nos orçamentos anuais"*, inexistindo norma que preveja a avaliação do desempenho individual de cada um dos administradores.

Contudo, a avaliação carece, da fixação de objetivos por parte do titular da função acionista (nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do EGP) e, tal como referido no Capítulo II do Relatório do Governo Societário, da publicação dos indicadores dos "Peers" relativos a 2016.

Destacam-se, em seguida, as principais deliberações tomadas pelo Conselho de Administração nas 19 reuniões ocorridas no ano 2016, nas quais estiveram presentes a totalidade dos Membros nomeados e em exercício de funções:

Planeamento e Controlo

- Aprovação do Relatório e Contas e do Governo Societário do ano 2015
- Aprovação do Plano de Negócios 2017-2021
- Aprovação dos preços dos produtos AIS para 2016
- Aprovação da Base de Custos e das Taxas Unitárias de Navegação Aérea 2017
- Aprovação dos Planos de Atividade e de Grandes Investimentos para 2017
- Aprovação do Orçamento 2016 e do Documento Instrumentos Previsionais de Gestão 2016 (NV)
- Aprovação do Orçamento 2017 e do Documento Instrumentos Previsionais de Gestão 2017
- Aprovação dos Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental
- Aprovação da proposta do programa anual de auditorias para 2017
- Aprovação do programa de transição do SGI NAV Portugal ref. 2015 das N ISSO 9001 e 14001

Gestão de Recursos Humanos

- Aprovação da regulamentação de estágios
 - Aprovação de recrutamentos externos
 - Aprovação do Plano Previsional de Recursos Humanos para o período 2017-2021
-

Realização do Plano de Investimentos

- Adjudicação de aquisição de serviços de assessoria jurídica (liquidação adicional de IRC de 2012)
 - Adjudicação de aquisição de serviços de assessoria financeira (aquisição do novo sistema ATM da RIV de Lisboa)
 - Adjudicação de aquisição de serviços de assessoria estratégica
 - Adjudicação de aquisição de serviços de seguros
 - Aprovação da reabilitação do edifício dos serviços técnicos do Aeroporto Francisco Sá Carneiro
 - Aprovação do fornecimento de aquisição e instalação de emissores, recetores e antenas HF para o Centro de Controlo Oceânico de Santa Maria
 - Aprovação do projeto de desenvolvimento do sistema *crash alarm* de Faro
 - Aprovação do fornecimento e instalação dos sistemas DVOR/ DME para as estações de Viseu, Nisa e Porto
 - Ratificação da adjudicação do fornecimento e instalação do sistema VISTO (vigilância Sul, Tejo e Oeste)
 - Aprovação aquisição do equipamento CISCO
-

Protocolos/Acordos

- Aprovação do acordo relacionado com a EGNOS V3 para os Açores, Lisboa e Madeira
 - Aprovação de diversos protocolos de cooperação relacionados com a prestação de serviços de formação, nomeadamente, ao INAC de São Tomé e Príncipe
 - Ratificação de protocolos de cooperação relativos a testes para sistemas de aeronaves pilotadas remotamente de Santa Maria
-

Patrocínios

- Aprovação de diversos patrocínios no âmbito da responsabilidade social, lúdica, RH e promocional.
-

Comissões Específicas

Os contratos de gestão dos Fundos de Pensões, e o normativo legal e regulamentar obrigam à existência de uma Comissão de Acompanhamento por cada fundo:

- Fundo de Pensões NAV Complementos – Planos de Contribuição Definida e Benefício Definido,
- Fundo de Pensões NAV / SINCTA – Plano de Benefício Definido,

- Fundo de Pensões NAV / SINCTA – Plano de Contribuição Definida.

As referidas comissões encontram-se devidamente constituídas e em pleno exercício das suas funções, onde se encontram representados os Associados, Participantes e Beneficiários, não fazendo parte nenhum dos membros do Conselho de Administração da NAV Portugal.

Existe ainda uma Comissão de acompanhamento do Fundo de Pensões da Empresa, criada por deliberação do C.A. em 2002, composta exclusivamente por elementos da Empresa, cujo coordenador acompanha a gestão e a monitorização dos fundos junto da Sociedade Gestora e dos consultores nesta matéria (MERCER).

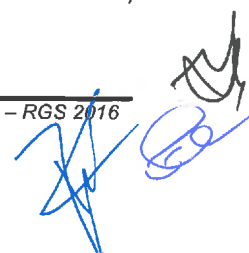
Pela Ordem de Serviço do Conselho de Administração, de 26 de março de 2009, foi criada a Comissão de Ética, composta por personalidades de elevado mérito ético, moral e profissional com ligação presente ou passada à Empresa e colaboradores desta, salvaguardando o princípio do equilíbrio de género, representação geográfica e institucional. Esta Comissão é responsável pela resolução das questões suscitadas pela não observância das normas éticas de conduta contidas no Código de Ética.

As comissões específicas atrás referidas – Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Pensões e Comissão de Ética – não se enquadram no âmbito do artº 32º, nº 2, do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, não sendo por isso referida a sua composição e a síntese das atividades desenvolvidas no ano de 2016. Além destas comissões, não se encontram constituídas na Empresa quaisquer outras comissões no órgão de administração ou de supervisão.

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da NAV Portugal, nos termos dos Estatutos da Empresa, compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e um suplente, devendo um dos membros efetivos e o suplente ser revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Os membros do Conselho Fiscal da NAV Portugal são designados por um período de três anos por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro da tutela, contando-se como completo o ano civil em que tiverem sido designados.



Através do despacho conjunto dos ministérios das Finanças e da Economia, assinado a 9 de julho de 2015, foram designados os membros do Conselho Fiscal da NAV Portugal, para o mandato 2015-2017, cuja composição, curricula e remuneração consta do quadro a seguir apresentado. Os membros do Conselho Fiscal da NAV Portugal são considerados independentes nos termos do artigo 414º, nº5 do Código das Sociedades Comerciais.

Unidade : euros

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Rem. Fixado (mensal)
			Forma	Data	
2015-2017	Presidente	Maria Fernanda Joanaz da Silva Martins			1.598
2015-2017	Vogal	Maria de Lurdes Moreira Correia de Castro			1.199
2015-2017	Vogal	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira ⁽¹⁾	Despacho Conjunto	09-07-2015	1.639
2015-2017	Vogal ROC Suplente	Luis Francisco Pereira Rosa RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.			n.a.


⁽¹⁾ O ROC integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E..

Inclui IVA à taxa legal em vigor.

Presidente – Maria Fernanda Joanaz Silva Martins, 57 anos

Licenciada em Economia pela UNL, Pós Graduada em Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos pela UAL e conclusão da fase curricular do curso de Mestrado em Gestão e Administração Pública pelo ISCSP.

Carreira Profissional: Técnico Superior e Chefe de Divisão da DGT, (1983 a 1993) e (1993 a 1996), respetivamente; Técnico Superior do Gabinete de Estudos da DGJCP (1996 a 1998); Técnico Superior do Gabinete de Estudos do IGCP (1998 a 2000); Assessora no Gabinete do secretário de Estado do Tesouro e Finanças (2000 a 2001); Chefe de Serviço responsável pela gestão financeira do INGA (2001 a 2003); Diretora de Serviços responsável pelas áreas financeira e de património do INETI (2003 a 2005); Assessora na área de acompanhamento das empresas do Setor Empresarial do Estado (2006 a 2007) sendo sucessivamente Diretora da Direção de Serviços das Participações do Estado (desde 2007) na DGTF. Desempenho de funções de fiscalização, revisão de contas e participação social: Membro do Conselho Consultivo da Portugal Vela 2007, S.A. (2006 a 2007); Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A. (mandato 2007 a 2009); Vogal Suplente do Conselho Fiscal da

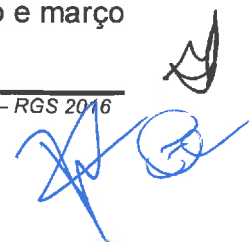


Caixa Geral de Depósitos, S.A. (mandato 2010 a 2012); Secretária da Mesa da Assembleia Geral da EP, S.A. (2007 a 2012); Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AdP, S.A. (desde 2007); Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Empordef, S.A. (desde 2007); Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Docapesca - Portos e Lotas, S.A. (desde 2007); Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Carris, S.A. (desde 2012); Vogal do Conselho Fiscal da CTT Correios de Portugal, S.A. (2012 a 2014); Vogal Suplente do Conselho Fiscal da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. (2012 a 2014); Vogal do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A. (2011 a 2013); Presidente do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A. (desde 2007).

Vogal – Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro, 50 anos

Licenciada em Direito pela FDUL, Pós-Graduada em Direito das Sociedades Comerciais pela UCP, encontrando-se, atualmente, em elaboração da dissertação da tese de Mestrado em Ciências Jurídico-empresariais na FDUL.

Carreira Profissional: Advogada e consultora jurídica de várias sociedades (1991 a 1997); Representante do acionista Estado em assembleias gerais de diversas empresas, designadamente Portugal Telecom, SGPS, S.A. e da ANAM, S.A.; Membro de júris de concursos admissão de pessoal e aquisições de bens e serviços; Participação em grupos de trabalho nacionais e internacionais, sobre diversas matérias, designadamente sobre a revisão do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado, do estatuto remuneratório das Empresas do Setor Empresarial do Estado, da regulamentação da União Europeia sobre concessões e da ultimação da fase final de introdução do Euro; Técnica Superior no Gabinete de Apoio Jurídico da DGT (1997 a 2005); Membro da Comissão de Vencimentos de diversas empresas públicas designadamente da ANAM, S.A., APS, S.A., EGREP, EPE e AdP, S.A.; Representante do Ministro de Estado e das Finanças no “Euro Legal Tender Working Group”, promovido pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu (2009 a 2010 e 2014); Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas Portugal- Cabo Verde, no âmbito do projeto “Bonificações do Estado” (junho e julho de 2008); Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas Portugal - Moçambique, no âmbito do projeto “Gestão Delegada das Participações do Estado- IGEPE e Governação Corporativa nas Empresas do Estado” (fevereiro e março



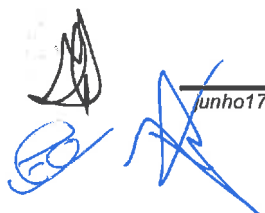
de 2013); Presidente da Comissão de Credores do Banco Privado Português no âmbito da Liquidação Judicial do BPP, S.A.; Desde abril de 2016 adjunta no Gabinete do Ministro da Economia do XXI Governo Constitucional; Diretora da Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação da DGTF (desde 2005). Desempenho de funções de fiscalização, revisão de contas e participação social: Vogal não executiva do Conselho de Administração da Lusa, S.A. (2006 a 2011); Vogal do Conselho Fiscal dos CTT, S.A., (2008 a 2013); Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Parque Expo, S.A. e da IFD, S.A.; Vogal do Conselho Fiscal da CP, EPE (2013 a 2015).

Formadora em cursos de Formação Profissional e em diversas ações de formação no âmbito do direito administrativo e comercial, na DGTF (1992 e 1993).

Vogal – RCA – Rosa, Correia & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Paulo Fernando da Silva Pereira, 52 anos

Bacharel em Contabilidade e administração pelo ISCAL, Licenciado em Auditoria pelo ISCAL.

Carreira Profissional: Revisor Oficial de Contas, desde 1996, sócio e administrador da sociedade de revisores oficiais de contas RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.; Exerce funções na área de auditoria desde 1985 e, como representante da sociedade, tem participado em trabalhos em empresas de grande e média dimensão, salientando-se, para além da NAV Portugal, a EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, SA o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P., e a Docapesca – Portos e Lotas, SA pertencentes aos mais diversos setores de atividade e integrando os respetivos órgãos de fiscalização. Exerceu as funções de assessor e consultor da Inspeção Geral de Finanças e do Instituto de Financiamento e Desenvolvimento Regional em projetos cofinanciados por fundos comunitários. Responsável pelo trabalho de campo de auditoria a projetos cofinanciados pelo Fundo Social Europeu e pelo fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Responsável por investigações de compra (*due diligence*) no âmbito de aquisições de participações financeiras ou de outros ativos.



Vogal ROC Suplente – Luis Francisco Pereira Rosa 59 anos

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL).

Carreira profissional: Revisor oficial de contas desde 1990 e sócio da RCA – Rosa, Correia & Associados. Iniciou a atividade de auditoria em 1983 na Coopers & Lybrand onde atingiu a posição de partner, função que desempenhou de 1994 a 1997. Neste ano transitou para a Auren, SROC, sociedade de que foi fundador e onde exerceu funções até 2007. No âmbito da atividade de revisor oficial de contas tem participado em inúmeros trabalhos em empresas de grande e média dimensão, pertencentes aos mais diversos setores de atividade e integrado, quando aplicável, os respetivos órgãos de fiscalização. No passado, foi Fiscal Único de diversas empresas públicas portuguesas, destacando-se a ANA – Aeroportos de Portugal, SA e a ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira SA. Tem sido ainda responsável por trabalhos de auditoria às contas de diversos projetos de desenvolvimento em Angola, financiados pela Agência Internacional para o Desenvolvimento do Banco Mundial e pelo Banco Africano de Desenvolvimento e às contas de diversas empresas angolanas, país onde obteve a qualificação profissional de Perito Contabilista.

O membro ROC suplente exerce as funções cometidas aos revisores de contas em regime de exclusividade.

A sociedade RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, inscrita na OROC sob o nº 143 e na CMVM sob o nº 5946, foi nomeada membro do Conselho Fiscal da NAV Portugal em 9 de julho de 2015, conforme Despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Economia, representada pelo sócio Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira (ROC 931).

O representante da SROC, Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira, apenas exerce as funções de revisor oficial de contas, enquanto sócio da sociedade, conforme consta nos dados curriculares.

Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades exercidas pelos membros do Conselho Fiscal no decurso do exercício

Presidente Maria Fernanda Joanaz Silva Martins:

- Presidente do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A.
- Vogal do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Carris, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Docapesca-Portos e Lotas, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Empordef, S.A.
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AdP-Águas de Portugal, S.A

Vogal Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro:

- Vogal do Conselho Fiscal da CP – Comboios de Portugal, EPE
- Presidente da Comissão de Credores do Banco Privado Português, SA (em liquidação), em representação do Estado, no âmbito da Liquidação Judicial que corre termos no 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.
- Secretária da Mesa da Assembleia Geral da IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A.

Quadro resumo da informação da SROC

Mandato (Início-Fim)	Cargo ⁽¹⁾	Identificação SROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	Nº de insc. OROC	Nº Reg. na CMVM	Forma	Data	Contratada		
2015-2017	ROC	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira	143	5946	Despacho	09.07.2015	09.07.2015		2
2015-2017	ROC	Luis Francisco Pereira Rosa RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	143	5946	Despacho	09.07.2015	09.07.2015		2

⁽¹⁾ O ROC integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E.

Unidade : euros

Nome	Remuneração anual			
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira	9.834	n.a.	n.a.	9.834
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Luis Francisco Pereira Rosa	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Competência e funcionamento do Conselho Fiscal

Está atribuído ao Conselho Fiscal o exercício de todas as competências e o cumprimento de todos os deveres previstos na lei comercial (cfr. artigo 420.º e

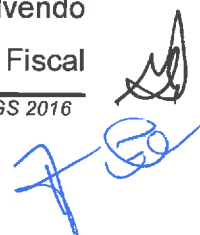
seguintes do Código das Sociedades Comerciais) e, em especial, fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da Empresa, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas, sobre os relatórios trimestrais da execução orçamental e sobre o plano de atividades e orçamento da mesma e dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da Empresa.

O Conselho Fiscal reúne com periodicidade mínima trimestral, cabendo ao seu Presidente a convocação das reuniões por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer dos seus membros, devendo delas ser lavradas atas, em folhas soltas, nos termos legais, assinadas por todos os membros que naquelas tenham participado.

Por Despacho conjunto de 9 de julho de 2015 dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, foi nomeado o Conselho Fiscal da NAV para o triénio 2015-2017. As principais funções do Conselho Fiscal compreenderam, relativamente ao período de 2016:

- A análise da execução orçamental do período de janeiro a dezembro de 2016, numa base trimestral, baseada nos relatórios preparados pela Direção de Auditoria e Controlo de Gestão e em detalhes e esclarecimentos dos serviços;
- A emissão de parecer sobre os instrumentos previsionais de gestão para o período de 2017;
- A emissão do Relatório e parecer sobre as demonstrações financeiras de 2016;
- O acompanhamento da evolução das liquidações adicionais em sede de IRC decorrentes dos serviços não taxáveis e das contribuições para os fundos de pensões;
- A análise da evolução dos principais indicadores operacionais e financeiros;
- A aferição da evolução do prazo médio de pagamentos, determinado de acordo com o definido na RCM n.º 34/2008, de 14 de Fevereiro, com a atualização introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 6 de abril;
- A verificação do cumprimento dos deveres de informação a que a Empresa está sujeita;
- A leitura das atas e o acompanhamento das matérias mais relevantes na Administração da Empresa.

Nunca foram solicitados ou contratados quaisquer outros serviços à SROC envolvendo ou não o respetivo Revisor. Caso tal fosse considerado, caberia ao Conselho Fiscal



analisar a natureza dos serviços, a possibilidade legal de poderem ser executados em simultâneo com a prestação de serviços de auditoria e a existência de ameaças à independência do auditor externo.

Durante o ano de 2016, o Conselho Fiscal realizou oito reuniões formais (conforme mapa abaixo), analisou informação contabilística, apreciou os documentos de prestação de contas de 2015, emitindo o correspondente relatório e parecer, acompanhou e apreciou a execução trimestral, apresentando os respetivos relatórios à tutela, e emitiu parecer sobre o plano de atividades e orçamento para 2017.

Nº reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do C Fiscal
6	Sede da NAV Portugal	Conselho Fiscal: Dra. Fernanda Martins, Dra. Lurdes Castro e Dr. Paulo Pereira em representação da RCA, SROC	não se verificaram ausências
1	Sede da NAV Portugal	Conselho Fiscal: Dra. Fernanda Martins, Dra. Lurdes Castro e Dr. Paulo Pereira em representação da RCA, SROC Conselho de Administração: Eng. Luís Ottolini Coimbra Dr José Alfaia (DAFIN)	não se verificaram ausências
1	Sede da NAV Portugal	Conselho Fiscal: Dra. Fernanda Martins, Dra. Lurdes Castro e Dr. Paulo Pereira em representação da RCA, SROC Conselho de Administração: Eng. Tenente Coronel Albano Manuel Carvalho Coutinho, Dra. Egidia Pinto Queiróz Martins e Engº Francisco César Ramos Fernandes Gil Auditor Externo	não se verificaram ausências

Nas reuniões acima referidas incluem-se as efetuadas com os membros que integravam o anterior e o atual Conselho de Administração, bem como com os Auditores Externos a propósito das contas do período e condução da auditoria. Foram promovidos contactos e reuniões periódicas, essencialmente através do membro revisor oficial de contas, com os responsáveis da Direção de Estudos e Projetos, Direção Administrativa e Financeira, Direção de Auditoria e Controlo de Gestão, Direção de Relações Laborais e Gabinete Jurídico, para prestação de esclarecimentos complementares referentes a matérias de gestão e controlo, sobre temas das respetivas áreas.

Como anteriormente referido o Revisor Oficial de Contas (ROC) integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E..



AUDITOR EXTERNO

Em conformidade com a deliberação do Conselho de Administração de 30 de dezembro de 2015, e no decurso do processo de contratação desencadeado e acompanhado pelo Conselho Fiscal, após convite dirigido às principais firmas de auditoria foi estabelecido o contrato NAV nº 2016/01/SERV/DAFIN, com a empresa Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – ACAD – (nº 20161408), com registo na CMVM (nº 2699), representada pelo Sócio Gerente ROC, Senhor Dr. José Luís Areal Alves da Cunha, para a prestação de serviços de auditoria às demonstrações financeiras anuais, para o triénio 2015-2017, abrangendo:

- Realização de auditoria, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado, sobre as demonstrações financeiras da NAV Portugal, elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC);
- Elaboração de relatórios expressando se tais demonstrações financeiras mostram, em todos os aspetos materialmente relevantes e de forma apropriada, a posição financeira, os resultados e os fluxos de caixa de cada período.

Unidade : euros

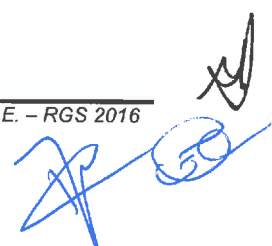
Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		Remuneração Anual			
Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Alves da Cunha, A Dias & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda ⁽¹⁾	20161408	2699	13-01-2016	2015-2017	21.525	n.a.	n.a.	21.525

Iniciado contrato, a 13.01.2016, com a empresa Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

O valor da remuneração paga ao auditor externo, em 2016, foi de € 21.525.

Unidade : euros

Remuneração paga ao Auditor Externo (inclui contas individuais e consolidadas)		
Valor dos serviços de revisão de contas	21.525	100%
Valor dos serviços de consultoria fiscal		
Valor de outros serviços que não revisão de contas		
Total pago pela empresa ao Auditor Externo	21.525	100%
Por entidades que integram o grupo (inclui contas individuais e consolidadas)		
Valor dos serviços de revisão de contas		
Valor dos serviços de consultoria fiscal		
Valor de outros serviços que não revisão de contas		
Total pago pelas entidades do Grupo ao Auditor Externo	-	-



O trabalho de auditoria é acompanhado pelo Conselho Fiscal através de reuniões de planeamento e de conclusão dos trabalhos, sem prejuízo do maior contacto estabelecido através do membro ROC do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal faz uma avaliação regular, pelo menos em termos anuais, do trabalho desenvolvido, das conclusões comunicadas e do cumprimento dos prazos estabelecidos.

Não foram solicitados ou contratados quaisquer outros serviços ao Auditor Externo para além dos serviços de auditoria às Demonstrações Financeira.

Sendo a NAV Portugal uma entidade de interesse público, obedece às regras de independência e rotatividade que devem assistir à designação dos órgãos encarregues da auditoria, nomeadamente o previsto no Regulamento (EU) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público e na Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro.

VI-ORGANIZAÇÃO INTERNA

ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES

Os Estatutos da NAV Portugal, E.P.E. foram aprovados pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de Dezembro, alterados e republicados pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de Abril.

Face à entrada em vigor do novo Regime do Setor Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e em cumprimento do disposto no seu n.º 1 do artigo 73.º, a NAV Portugal, E.P.E. procedeu à adaptação dos seus Estatutos e remeteu à tutela a sua proposta de Estatutos, dentro do prazo de 180 dias contados da data da entrada em vigor deste diploma, aguardando a sua competente aprovação.

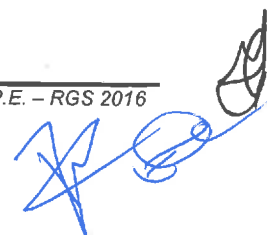
Sendo a NAV Portugal, E.P.E. uma entidade pública empresarial, qualquer alteração aos seus Estatutos é realizada através de decreto-lei, em conformidade com o disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 133/2013.

As eventuais irregularidades detetadas na Empresa são avaliadas, em última análise, pelo Conselho de Administração, que decide sobre a evolução dos processos e a sua comunicação.

A prevenção da Corrupção bem como a sua gestão é da responsabilidade conjunta do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR) e da Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG).

No caso da prevenção de corrupção, e dando execução à Recomendação nº 1, de 1 de julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), o Conselho de Administração da NAV Portugal aprovou um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas que prevê um conjunto de medidas de prevenção da corrupção e, bem assim, a respetiva monitorização periódica através de auditorias internas, encontrando-se o mesmo disponível no endereço da Empresa na internet www.nav.pt.

A fim de avaliar a efetividade, utilidade, eficácia e eventual reformulação das medidas preventivas adotadas, incluídas no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, a Empresa adota as seguintes estratégias:



- O Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR) e a Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG), elaboram e apresentam anualmente ao Conselho de Administração, um Relatório relativo à aferição da efetividade, utilidade, eficácia e eventual correção das medidas adotadas em matéria de prevenção de riscos de corrupção e de infrações conexas, propondo as alterações ao respetivo Plano que forem julgadas convenientes e/ou necessárias;
- A Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG) inclui no seu Programa Anual de Auditorias, a realização de ações de auditoria interna, com especial incidência no cumprimento das normas e requisitos legais/regulamentares dos procedimentos relativos à contratação pública, e nas medidas de prevenção previstas no referido Plano de Gestão de Riscos.

CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

A Função Gestão de Riscos na NAV Portugal, por razões decorrentes da especificidade da atividade, está disseminada pela Estrutura orgânica da Empresa e, em termos metodológicos, é um elemento central do sistema de gestão da qualidade o Sistema de Gestão Integrado (SGI), descrita nos respetivos processos e procedimentos que compõem a documentação de suporte ao sistema.

O facto de a Empresa estar certificada, desde 2005 no normativo ISO 9001:2015 e desde 2010 na vertente Ambiental do normativo ISO 14001:2015, tem como consequência a realização de avaliações periódicas das dimensões relevantes para a atividade, na qual se inclui a gestão dos riscos.

A análise desenvolvida tornou possível identificar na NAV Portugal as seguintes tipologias de riscos e respetivas naturezas:

- **De natureza económica** – existe um risco económico associado ao comportamento do tráfego e da inflação face ao previsto nos planos de desempenho, que se encontra minimizado/controlado pelo modelo de regulação europeia aplicável à prestação de serviços de navegação aérea.
- **De natureza financeira** – o risco de não recebimento do valor dos serviços prestados é diminuto para os serviços de rota, dado Portugal ser parte integrante do sistema europeu de cobrança de taxas de rota, tendo os valores incobráveis sido inferiores a 0,2%, nos últimos anos, para a totalidade dos Estados Membros

do Eurocontrol. A mesma tendência tem sido constatada para a atividade de terminal.

- **De natureza operacional** – existem riscos ao nível dos equipamentos e dos recursos humanos que podem por em causa a cabal prestação de serviços a que a Empresa está comprometida, embora mitigados pela arquitetura da operação e pela existência de planos de contingência.
- **De natureza jurídica** – um dos principais riscos da atividade da NAV Portugal, E.P.E. prende-se com os eventuais efeitos danosos resultantes do serviço público de apoio à navegação aérea que, legal e estatutariamente lhe está cometido, o qual é prestado ao abrigo de inúmera regulamentação internacional e comunitária, em especial a que decorre dos quadros jurídicos do Céu Único Europeu e da contratação pública.

Esta pluralidade de normativos visa, principalmente, assegurar adequados níveis de segurança da atividade (nas vertentes de *safety* - segurança operacional da aviação civil e *security* - segurança física de pessoas e bens), a proteção do meio ambiente e a existência de um mercado comunitário concorrencial de contratos públicos de empreitadas, fornecimento de bens e prestação de serviços.

Consequentemente, as sucessivas alterações legislativas e regulatórias implicam uma especial e constante adaptação desta empresa às novas realidades, com as correspondentes consequências legais resultantes do seu eventual incumprimento.

Assim, a função de gestão e monitorização dos riscos tipificados, ainda que na dependência hierárquica e funcional do Conselho de Administração (vide organograma – página. 19) está distribuída por vários órgãos da estrutura.

A gestão e a monitorização dos riscos de natureza Operacional e Técnica é atribuição da Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade (DSEQ). A identificação de oportunidades de melhoria é atribuição da Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG) que tem também a responsabilidade de mitigar e avaliar a gestão dos Riscos Económico-financeiros e Administrativos identificados pela estrutura.

Na área de negócio da Empresa – a prestação de serviços de tráfego aéreo – já estão instituídas práticas e procedimentos de Gestão dos Riscos inerentes às atividades Operacionais e Técnicas. Decorrentes do cumprimento de regulamentos internacionais, estes normativos permitem a identificação, a análise e a mitigação dos efeitos dos perigos, inerentes ao sistema ATM/CNS e AIM, de forma estruturada.

No *Manual de Segurança Operacional*, do processo PGS - 67 *Gestão da Segurança Operacional*, encontram-se as disposições de como proceder para assegurar que os riscos associados aos perigos, são sistematicamente e formalmente identificados, avaliados e geridos dentro dos limites de segurança da Organização.

Como neste negócio, as atividades económico-financeiros, administrativa e legais são áreas de suporte e acessórias, considerou-se suficiente para assegurar a uniformidade de princípios na Gestão de Risco, o definido no PGS-63 *Gerir os Recursos Financeiros e Materiais*. Neste processo estão os procedimentos de controlo, orçamental e relato financeiro, que abrangem as atividades relacionadas com a alocação recursos, processamento e contabilização de transações. Inclui igualmente o cumprimento de obrigações legais e fiscais, aquisição de bens e serviços, encontrando-se prevista a devida articulação entre o cumprimento financeiro e jurídico das disposições aplicáveis.

Ainda no que respeita à gestão e à monitorização dos riscos de natureza Económico-financeiros e Administrativos, que a Empresa deve prevenir no exercício da sua atividade, os mesmos estão estabelecidos pelo modelo económico seguido na prestação de serviços de navegação aérea e cuja monitorização está atribuída aos reguladores nacionais (ANAC) e internacionais (Comissão Europeia), nos termos dos regulamentos em vigor.

Acresce que, na vertente interna, para além da relevância das funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal nesta matéria, o controlo interno destes riscos na NAV Portugal é verificado e analisado através da realização de auditorias independentes, solicitadas pelos órgãos sociais e também através das auditorias internas efetuadas pela DACG nos domínios financeiro e administrativo (Recursos Humanos e dos Sistemas de Informação).

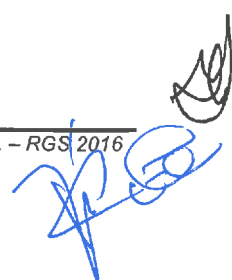
Complementarmente, a auditoria independente às contas da Empresa foi realizada pela empresa Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., estando atribuído ao Conselho Fiscal “o exercício de todos os direitos e o cumprimento de todos os deveres previstos na lei comercial, e em especial fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da Empresa, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Empresa e dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da Empresa”.

No que respeita aos Riscos Operacionais e Técnicos importa referir que enquanto prestadora de um serviço público, a NAV Portugal opera num ambiente regulado, onde a ANAC (Autoridade Nacional de Aviação Civil), na sua qualidade de Autoridade Supervisora Nacional, assegura as condições de Certificação da Empresa, como prestador de serviços de navegação aérea, nos termos do Regulamento (CE) N° 550/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, e do Regulamento da Comissão (UE) N° 1035/2011, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (UE) N° 923/2012, de 26 de setembro.

Em conformidade, a ANAC declarou na emissão de certificado respetivo, a conformidade da Empresa com os Requisitos Comuns aplicáveis aos serviços ATS (Tráfego Aéreo), AIS (Informação Aeronáutica) e CNS (Comunicações, Navegação e Vigilância).

Além da prevenção e do controlo de riscos a DSEQ assegura também as atividades de dinamização de Gestão da Qualidade de serviço prestado pela Empresa, nomeadamente, no que se refere à criação, desenvolvimento, monitorização e melhoria dos sistemas e da infraestrutura a ela associados.

À DACG está atribuída a responsabilidade da realização do programa anual de auditorias internas, nas áreas operacionais e técnicas que estão preceituadas no Regulamento (EU) N° 1035/2011, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (UE) N° 923/2012, de 26 de Setembro da Comissão.



A DACG é igualmente responsável pelo sistema de controlo de gestão, que monitoriza o processo de planeamento estratégico da NAV Portugal, controlando, de forma integrada, a execução dos planos, operacional e de investimentos, de médio e longo prazo, assegurando também os procedimentos de *Controlling* e de *Reporting* na Empresa.

Finalmente, a NAV Portugal, E.P.E. contrata diversos seguros que mitigam as consequências de eventos incertos mas potencialmente desfavoráveis ao exercício da sua atividade, como sejam, entre outros: o de Responsabilidade Civil de Aviação, de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Patrimonial 'Terrorismo/Sabotagem', de Responsabilidade Ambiental e de Saúde.

REGULAMENTOS E CÓDIGOS

A NAV Portugal foi criada, por cisão da ANA, E.P., na forma de empresa pública, pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro, autonomizando-se assim, a prestação, em moldes empresariais, do serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil.

Pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril, os estatutos da NAV Portugal foram republicados na íntegra, tendo sido adaptados ao Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e das Empresas Públicas, então aprovado pelo Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, data a partir da qual a NAV Portugal passou a ser uma entidade pública empresarial.

À luz do preceituado no Artigo 14º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, diploma que veio consagrar o novo regime do setor público empresarial e, consequentemente, revogar o Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro e as suas posteriores alterações, a NAV Portugal, enquanto entidade pública empresarial rege-se pelo direito privado, com as especificidades decorrentes do referido regime jurídico do sector público empresarial, pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei nº 35/99, de 26 de Maio e pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de Abril e pelos respetivos Estatutos.



A NAV Portugal dispõe, no seu modelo organizativo e procedimental, de um conjunto de regulamentos internos dos quais se destacam os relativos a:

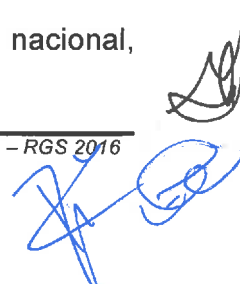
- aquisição de bens e serviços – contém os princípios orientadores de gestão da NAV Portugal, E.P.E., para uniformização dos procedimentos, rigor no cumprimento dos objetivos orçamentais e uma maior responsabilização por parte dos utilizadores
- caixa e bancos – definição de procedimentos relativos à elaboração e controlo de execução do orçamento de tesouraria, gestão das necessidades e excedentes de tesouraria, bem como, o processamento de pagamentos e recebimentos e de fundo fixo de caixa;
- faturação e controlo de crédito – definição de procedimentos relacionados com a faturação de serviços de controlo terminal, publicações AIS, ações de formação e outros, bem como, a respetiva cobrança e controlo de crédito, processamento de informação referente à faturação e cobrança de serviços de rota, análise e resposta a reclamações de clientes e da Eurocontrol.

De referir também, o Código de Ética e o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (vide páginas 53 e 54).

Os membros do Conselho de Administração são considerados gestores públicos nos termos e para os efeitos consignados no Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, diploma que viria ainda a ser alterado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de julho.

No que respeita à contratação de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, a NAV Portugal rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e objeto de posteriores alterações, tendo sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes, por despacho do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

A atividade da NAV Portugal é enquadrada por um conjunto de legislação nacional, comunitária e internacional, de que se destaca:



Legislação Nacional

No plano interno a atividade da NAV Portugal rege-se fundamentalmente pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro que criou a Empresa, por cisão da ANA, E.P e aprovou os respetivos estatutos (entretanto alterados e republicados pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril), confiando-lhe a prestação do serviço público de navegação aérea em todas as vertentes, seja na prestação de serviços de navegação aérea de rota nas duas Regiões de Informação de Voo (Lisboa e Santa Maria) sob responsabilidade do Estado Português, seja na prestação de serviços de navegação aérea de terminal nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Madeira, Porto Santo, Santa Maria, Ponta Delgada, Horta e Flores, seja ainda, por força do Despacho n.º 7467/2015, de 30 de Junho de 2015, do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, na prestação de serviços de tráfego aéreo de controlo de aeródromo no aeródromo de Cascais.

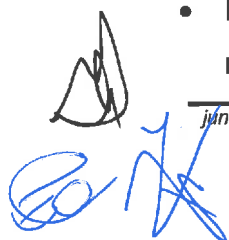
No que respeita a taxas de rota, o Decreto-Lei nº 461/88, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 118/90, de 6 de abril, disciplina o respetivo processo de aplicação e cobrança, enquanto a matéria referente às taxas de terminal é regulada pelo Decreto-Lei nº 254/2012, de 28 de novembro, este último objeto de alteração pelo Decreto-Lei nº 108/2013, de 31 de julho.

Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 31º do Decreto-Lei nº 254/2012, *“até à publicação de legislação específica, a determinação e fixação da taxa de terminal é efetuada por portaria do membro do Governo responsável pela área dos transportes, após parecer do INAC, I. P.”.*

Legislação Comunitária

A NAV Portugal, enquanto entidade prestadora de serviços de navegação aérea, está sujeita aos seguintes Regulamentos Comunitários que integram os denominados Pacotes do Céu Único Europeu (SES I e SES II):

- Regulamento (CE) nº 549/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – regulamento quadro para a execução do céu único europeu;
- Regulamento (CE) nº 550/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – relativo à prestação de serviços de navegação aérea;



- Regulamento (CE) nº 551/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – que regula o espaço aéreo;
- Regulamento (CE) nº 552/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – relativo à interoperabilidade, os quais constituem o I Pacote do Céu Único Europeu e,
- Regulamento (CE) nº 1070/2009, do Parlamento e do Conselho, de 21 de outubro – que alterou os Regulamentos (CE) nºs 549/2004, 550/2004, 551/2004, e 552/2004, aprovando o II Pacote do Céu Único Europeu.

Ao abrigo do Regulamento (CE) nº 550/2004 e após prévia certificação pela ANAC – enquanto autoridade supervisora nacional que assegura a implementação do Céu Único Europeu – a NAV Portugal foi designada pelo Ministério da Economia – Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Despacho n.º 7467/2015, de 30 de junho, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 130, de 07 de julho, para a prestação de serviços de navegação aérea integrados em Portugal, compreendendo a prestação de Serviços de Controlo de Tráfego Aéreo (ATC), Serviços de Informação de Voo (FIS) e Serviços de Alerta (AL). O Certificado de Prestador de Serviços de Navegação Aérea, emitido pela ANAC a favor da NAV Portugal, cobre o triénio 2015-2018.

Além destes Regulamentos principais existem diversos outros que executam e desenvolvem disposições e princípios daqueles, designadamente os seguintes:

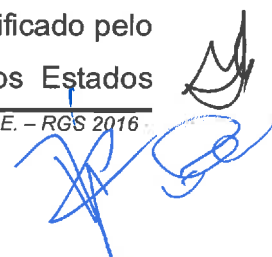
- Regulamento de Execução (UE) nº 1206/2011, da Comissão, de 22 de novembro, que estabelece os requisitos aplicáveis à identificação das aeronaves para efeitos da vigilância no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1207/2011, da Comissão, de 22 de novembro, que estabelece os requisitos para o desempenho e a interoperabilidade da vigilância no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 923/2012 da Comissão, de 26 de setembro, que estabelece as regras comuns do ar e as disposições operacionais relativas aos serviços e procedimentos de navegação aérea e que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 1035/2011 e os Regulamentos (CE) n.ºs 1265/2007, 1794/2006, 730/2006, 1033/2006 e (UE) n.º 255/2010;

- Regulamento de Execução (UE) n.º 1079/2012 da Comissão, de 16 de novembro, que estabelece os requisitos de espaçamento dos canais de voz no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 390/2013 da Comissão, de 3 de maio, que estabelece um sistema de desempenho para os serviços de navegação aérea e as funções da rede;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 391/2013 da Comissão, também de 3 de maio, que estabelece um regime tarifário comum para os serviços de navegação aérea,
- Regulamento de Execução (UE) n.º 657/2013 da Comissão, de 10 de julho, que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 1079/2012, que estabelece os requisitos de espaçamento dos canais de voz no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 970/2014 da Comissão, de 12 de setembro, que altera o Regulamento (UE) n.º 677/2011, que estabelece as regras de execução para a implementação das funções de rede na gestão do tráfego aéreo (ATM);
- Regulamento de Execução (UE) n.º 1028/2014 da Comissão, de 26 de Setembro, que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 1207/2011 que estabelece os requisitos para o desempenho e a interoperabilidade da vigilância no céu único europeu,
- Regulamento de Execução (UE) n.º 1029/2014 da Comissão, de 26 de setembro, que altera o Regulamento (UE) n.º 73/2010 da Comissão, que estabelece os requisitos aplicáveis à qualidade dos dados aeronáuticos e da informação aeronáutica no Céu Único Europeu,
- Regulamento de Execução (UE) 2015/310 da Comissão, de 26 de fevereiro, que altera o Regulamento (CE) n.º 29/2009, que estabelece os requisitos aplicáveis aos serviços de ligações de dados no céu único europeu e que revoga o Regulamento de Execução (UE) n.º 441/2014, e
- Regulamento (UE) 2015/340 da Comissão, de 20 de fevereiro, que estabelece os requisitos técnicos e os procedimentos administrativos relativos às licenças e aos certificados dos controladores de tráfego aéreo, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 216/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 923/2012 da Comissão, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 805/2011 da Comissão.

No decurso de 2016 foram ainda aprovados, entre outros, o Regulamento de Execução (UE) 2016/1377 da Comissão, de 4 de agosto, que estabelece requisitos comuns para os prestadores de serviços e a supervisão da gestão do tráfego aéreo/dos serviços de navegação aérea e outras funções de rede da gestão do tráfego aéreo, que revoga o Regulamento (CE) nº 482/2008, os Regulamentos de Execução (UE) nº 1034/2011 e (UE) nº 1035/2011 e que altera o Regulamento (UE) nº 677/2011, o Regulamento de Execução (UE) 2016/1185 da Comissão, de 20 de julho, que altera o Regulamento de Execução (UE) nº 923/2012 no que se refere à atualização e finalização das regras do ar comuns e das disposições operacionais no respeitante aos serviços e procedimentos de navegação aérea (SERA-Parte C) e que revoga o Regulamento (CE) nº 730/2006 e a Decisão de Execução (UE) 2016/2296 da Comissão, de 16 de dezembro, que cria o grupo de peritos independente designado como órgão de análise do desempenho do céu único europeu.

Legislação internacional

- A atividade da NAV Portugal é enquadrada e disciplinada por numerosa e completa legislação e regulamentação internacional, de entre a qual se destaca a Convenção Sobre a Aviação Civil Internacional, assinada em Chicago em 1944, também denominada Convenção sobre a Aviação Civil Internacional e os seus 19 Anexos que regulamentam exaustivamente todas as matérias relativas à aviação civil e, ao que aqui importa, à navegação aérea, designadamente e sem preocupações exaustivas, o Anexo I relativo às licenças dos controladores de tráfego aéreo (CTA), o Anexo 2 que estabelece as regras comumente designadas como “regras do ar”, o Anexo 11 que estabelece as regras relativas aos serviços de tráfego aéreo e a Anexo 19 que visa a gestão da segurança operacional;
- A atividade da NAV Portugal é igualmente enquadrada pelas Normas da Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (EUROCONTROL) a que Portugal aderiu, subscrevendo o Protocolo de Emenda à Convenção Internacional de Cooperação para Segurança da Navegação Aérea “EUROCONTROL”, aprovado para ratificação pelo Decreto do Governo nº 28/83, de 28 de abril e,
- Quanto a taxas devidas pela prestação de serviços de navegação aérea de rota salienta-se igualmente o Acordo Multilateral Relativo a Taxas de Rota, ratificado pelo Decreto do Governo nº 30/83, de 2 de maio, nos termos do qual os Estados



Contratantes acordaram em adotar uma política comum nesta matéria, criando um sistema uniforme de estabelecimento e cobrança de taxas de rota, utilizando, para esse fim, os serviços do EUROCONTROL.

Código de Ética

O Conselho de Administração da NAV Portugal aprovou, em 2008, o Código de Ética aplicável a todos os Colaboradores da Empresa.

Nos termos do Código de Ética, "a NAV Portugal tem como princípios estruturantes da sua missão a proteção dos valores pelos quais pauta a sua atuação, de acordo com os mais elevados princípios éticos, em especial pelos princípios da integridade, transparência, rigor, equidade, boa-fé e credibilidade da Empresa, tendo sempre subjacente que prossegue uma atividade de interesse público, de que depende o desenvolvimento económico e social, a aproximação dos povos e culturas e o bem-estar dos cidadãos. Neste sentido, os Colaboradores da NAV Portugal, no cumprimento das suas obrigações legais, regulamentares e contratuais, devem orientar a sua conduta aos princípios éticos defendidos pela Empresa, quer nas suas relações com os outros Colaboradores, quer nas relações que estabeleçam com as Partes Interessadas (comumente designadas Stakeholders) e demais entidades com as quais se relacionem profissionalmente."

Nesta conformidade, a NAV Portugal, o seu Conselho de Administração e os membros que o compõem, assumiram um compromisso ético relacionado com o comportamento organizacional e com o comportamento das pessoas que integram a Empresa, bem como, com as relações que se estabelecem com as suas Partes Interessadas, assente em práticas de responsabilidade social, ambiental e domínios para além dos constantes no quadro jurídico-normativo a que a Empresa se encontra obrigada, contribuindo de forma pró-ativa para o desenvolvimento sustentável.

O Código de Ética integra-se, por conseguinte, na política de responsabilidade social assumida pela NAV Portugal, constituindo um pilar fundamental na sua afirmação como uma empresa responsável perante a sociedade.



No caso da prevenção de corrupção, a Empresa cumpre o disposto no n.º1 do artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 13 de outubro, elaborando e divulgando na página da internet da Empresa www.nav.pt, o relatório anual de monitorização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Em cumprimento do artigo 44º do Decreto-Lei nº 133/2013, é utilizada a plataforma SIRIEF para o reporte de informação económica e financeira.

No que respeita a garantias financeiras não há qualquer responsabilidade da NAV Portugal, com referência a 31 de dezembro de 2016.

Os objetivos definidos nos Instrumentos Previsionais de Gestão 2016, são monitorizados e divulgados na referida plataforma, veiculados nos relatórios trimestrais de execução orçamental e relatório anual, não tendo sido comunicadas pelas Tutelas quaisquer medidas corretivas dos desvios reportados.

Os Instrumentos Previsionais de Gestão 2017 foram enviados aos Senhores Secretário de Estado das Infraestruturas, Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças, Diretora-geral do Tesouro e Finanças e ao Inspetor-geral de Finanças através das cartas 138/CA/2016, 139/CA/2016, 137/CA/2016 e 140/CA/2016, de 30 de novembro, respetivamente.

Os Relatórios trimestrais de execução orçamental foram enviados aos Senhores Secretário de Estado das Infraestruturas e Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, Direção-Geral do Tesouro e Finanças e à Inspeção-Geral de Finanças, através das cartas 68 a 71/CA/2016, de 16-08-16 (1º Trimestre), 87 a 90/CA/2016, de 16-08-31 (2º Trimestre) e 128 a 131/CA/2016, de 16-11-15 (3º Trimestre), respetivamente.

SÍTIO DA INTERNET

Está disponível no sítio de Internet da Empresa www.nav.pt, um conjunto de informações referentes a atividade da NAV Portugal nomeadamente:



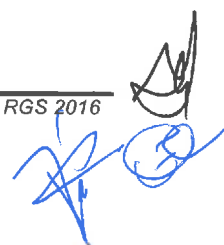
- Sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do CSC;
<https://www.nav.pt/nav/contactos>
- Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos;
<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/estatutos>
<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/informação-económica-e-financeira/princípios-de-bom-governo>
- Identificação dos titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários;
<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/organiza>
- Documentos de prestação de contas anuais;
<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/relat%C3%B3rio-e-contas>
- Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita;
<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/informação-económica-e-financeira/informação-sobre-a-empresa>
- Modelo de financiamento subjacente à prestação de serviço público;
<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/informação-económica-e-financeira/princípios-de-bom-governo>
- Relatório de Execução Orçamental;
<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/informação-económica-e-financeira>
- Instrumentos Previsionais de Gestão e,
<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/informação-económica-e-financeira/informação-sobre-a-empresa>
- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.
<https://www.nav.pt/nav/quem-somos/informação-económica-e-financeira>

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL

Nos termos do disposto no artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, a NAV Portugal, como entidade pública empresarial a quem foi confiada a prestação do serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil, em conformidade com os seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de abril, elabora e apresenta ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade, proposta de contratualização da prestação deste serviço, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 4 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, o qual determina que “compete exclusivamente aos ministérios sectoriais definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização”.

A NAV Portugal, E.P.E. aguarda a definição do nível de serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil, a fim de elaborar e apresentar a mencionada proposta de contratualização da prestação deste serviço.

Acresce que não foi igualmente celebrado com o titular da função acionista contrato respeitante à remuneração da atividade prosseguida, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece o regime jurídico aplicável à concessão de subvenções públicas, porquanto o financiamento da prestação de serviços de navegação aérea é assegurado através das taxas de navegação aérea (rota e terminal) cobradas aos Utilizadores dos serviços de navegação aérea, não sendo a Empresa beneficiária de indemnizações compensatórias.



VII-REMUNERAÇÕES

COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

As remunerações dos órgãos sociais:

- Do Conselho de Administração - são determinadas em função dos diplomas legais de fixação das remunerações decorrentes da aplicação do Estatuto de Gestor Público (Decreto-Lei nº 8/2012 de 18 de janeiro);
- Do Conselho Fiscal - são determinadas por despacho conjunto das tutelas governamentais, financeira e técnica;

Nos termos do estipulado na legislação aplicável, no início do seu mandato os membros do Conselho de Administração da NAV Portugal deram cumprimento às obrigações declarativas, dos gestores públicos, de controlo de riqueza e de inexistência de impedimentos e incompatibilidades:

- Entrega no Tribunal Constitucional de declaração de rendimentos, bem como do património e cargos sociais (cfr. Lei nº 4/83, de 2 de abril, com as alterações posteriores, designadamente as efetuadas pela Lei nº 38/2010, de 2 de setembro);
- Entrega na Procuradoria-Geral da República de declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos no exercício do cargo de gestor público (cfr. Lei nº 64/93, de 26 de agosto, aplicável por remissão do artigo 22º, nº 9 do Novo Estatuto do Gestor Público (EGP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012 de 18 de janeiro),
- Entrega na Inspeção-Geral de Finanças e ao Conselho Fiscal de declaração indicando as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha, direta ou indiretamente, na Empresa ou em qualquer outra empresa (cfr. artigo 22º, nº 9 do EGP), bem como as relações relevantes que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da Empresa, suscetíveis de gerar conflitos de interesses,
- Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro) e,
- Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

Acresce que, com vista a salvaguardar eventuais conflitos de interesses, o Conselho de Administração da NAV Portugal adotou, como boa prática, uma política que visa assegurar a independência da sua atuação enquanto órgão de administração. Assim, e em conformidade, cada membro do Conselho abstém-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. De referir que esta prática se estende a toda a estrutura organizativa da Empresa.

No capítulo XI Anexos RGS são apresentadas as declarações dos membros do Conselho de Administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.

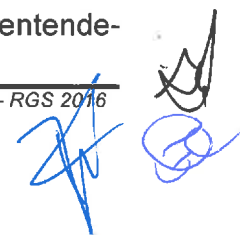
As remunerações dos Dirigentes são determinadas por Acordo de Empresa que estabelece a tabela salarial. Não existe Comissão de Fixação de Remunerações.

ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

A política de remuneração do Conselho de Administração encontra-se definida em função das disposições legais constantes do Estatuto de Gestor Público (Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro), tendo ainda em consideração, quer as disposições constantes das Resoluções do Conselho de Ministros nº 16/2012, publicada no DR, 1ª Série, nº 32, de 14 de fevereiro e nº 36/2012, publicada no DR, 1ª Série, nº 61, de 26 de março.

Considerando que a NAV Portugal é uma entidade pública empresarial, a fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração, foi efetuada com base nas disposições legais supramencionadas, designadamente através das referidas Resoluções do Conselho de Ministros, não lhe sendo consequentemente aplicável as regras previstas para as sociedades anónimas, as quais preveem a fixação das remunerações do órgão de administração, pela respetiva assembleia geral ou por uma comissão de remunerações designada por aquela.

De igual modo, atentas as disposições legais constantes do Estatuto de Gestor Público que presidiram à definição das remunerações do Conselho de Administração, entende-



se que tal definição foi estruturada, tendo em atenção a complexidade, exigência e responsabilidade, decorrentes da natureza da missão e das atribuições estatutárias cometidas á NAV Portugal, garantindo-se assim, o alinhamento dos interesses dos membros do Conselho de Administração, com os interesses de longo prazo da Empresa.

A política de remuneração do Conselho Fiscal, encontra-se definida em função do despacho conjunto dos ministérios das Finanças e da Economia, assinado a 9 de julho de 2015.

Durante o ano de 2016 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração. De referir o facto de, atentas as disposições legais previstas no nº 12 do art.º 2º da Lei nº 75/2014 de 12 de setembro, a NAV Portugal foi excecionada da aplicação das reduções remuneratórias.

Contudo, a remuneração fixa mensal ilíquida dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, foi reduzida a título excecional em 5%, com efeitos a partir de junho de 2010, nos termos da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

Nos termos da legislação anteriormente referida que define o quadro retributivo dos Gestores Públicos, a remuneração dos membros do Conselho de Administração integra o vencimento mensal e um abono mensal para despesas de representação, no valor de 40 % do respetivo vencimento mensal. Não existem quaisquer componentes variáveis da remuneração, bem como quaisquer diferimentos remuneratórios.

Em 2016, não se verificou a assinatura de quaisquer contratos de gestão e reflexamente a atribuição de quaisquer prémios de gestão.

Os membros do Conselho de Administração não beneficiam de quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, especificamente definidos.


junho17

DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato I

Unidade : euros

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Vencimento mensal	Despesas Representação
Luís Filipe Ottolini Coimbra ⁽¹⁾	Sim	A	5.722,75	2.289,10
Teresa Maria da Silva Gomes ⁽²⁾	Sim	A	4.578,20	1.831,27

⁽¹⁾ Cessou funções a 13 de julho de 2016.

⁽²⁾ Cessou funções a 29 de fevereiro de 2016.

Unidade : euros

Nome	Remuneração anual					
	Variável (1)	Fixa (2)	Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversão Remuneratória (5)	Valor Final (6) = (3)-(4)+(5)
Luís Filipe Ottolini Coimbra	n.a.	74.968	74.968	3.748	n.a.	71.220
Teresa Maria da Silva Gomes	n.a.	12.819	12.819	641	n.a.	12.178
			101.912	5.090	n.a.	96.822

Unidade : euros

Nome	Sub. Ref.		Benefícios Sociais					
			Regime de Proteção Social		Seguros (Ano)		Outros	
	Dia	Ano	Ident.	Valor	Saúde	Vida	Ident.	Valor
Luís Filipe Ottolini Coimbra	0	0	Seg. S.	16.915	317	0	Seg. Ac. Pessoais/SMP	59
Teresa Maria da Silva Gomes	0	0	Seg. S.	2.892	90	0	Seg. Ac. Pessoais/SMP	14
				21.227	724			127

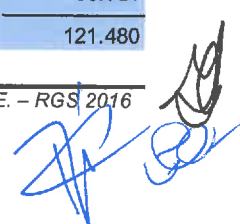
Mandato II

Unidade : euros

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Vencimento mensal	Despesas Representação
Albano Manuel Carvalho Coutinho	Sim	A	5.722,75	2.289,09
Egídia Pinto de Queiroz Martins	Sim	A	4.578,20	1.831,27
Francisco César Ramos Fernandes Gil	Sim	A	4.578,20	1.831,27

Unidade : euros

Nome	Remuneração anual					
	Variável (1)	Fixa (2)	Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversão Remuneratória (5)	Valor Final (6) = (3)-(4)+(5)
Albano Manuel Carvalho Coutinho	n.a.	50.027	50.027	2.501	n.a.	47.526
Egídia Pinto de Queiroz Martins	n.a.	37.824	37.824	1.891	n.a.	35.933
Francisco César Ramos Fernandes Gil	n.a.	40.022	40.022	2.001	n.a.	38.021
			127.873	6.394	n.a.	121.480



Unidade : euros

Nome	Sub. Ref.		Benefícios Sociais					
			Regime de		Seguros (Ano)		Outros	
	Dia	Ano	Ident.	Valor	Saúde	Vida	Ident.	Valor
Albano Manuel Carvalho Coutinho	8,03	307	CGA	5.118	271	0	(A)	375
Eglidia Pinto de Queiroz Martins	8,03	448	Seg. S.	8.534	271	0	Seg. Ac. Pessoais/SMP	42
Francisco César Ramos Fernandes Gil	8,03	384	Seg. S.	9.030	271	0	(B)	450
		1140		22.683	814			866

(A) Seg. Ac. Pessoais / SMP / Subs Mat. Escolar

(B) Seg. Ac. Pessoais / Compl. Abono Família / SMP / Subs Mat. Escolar

De referir que os Administradores não auferiram qualquer remuneração de outras sociedades em relação de domínio ou de grupo, nem qualquer verba a título de remuneração paga sob a forma de participação nos lucros, de prémios ou referente a indemnizações por cessação das suas funções durante o período.

CONSELHO FISCAL

Unidade : euros

Nome	Remuneração anual			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias ^(a) (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Maria Fernanda Joanaz da Silva Martins	22.433	1.122	0	21.312
Mana de Lurdes Moreira Correia de Castro	16.825	841	0	15.984
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira ^(b)	19.668	n.a.	0	19.668
	58.926	1.963	0	56.963

^(a) Redução de 5% por aplicação do artigo 12º da Lei nº12 - A / 2010

^(b) Inclui IVA a taxa legal em vigor

Nos termos dos Estatutos da Empresa não existe Assembleia Geral.

VIII-TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

Após análise ao universo das transações que ocorrem na NAV Portugal, considera-se que se incluem nestas condições:

- As que ocorrem com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA, I.P.) no respeitante à prestação de Serviços Meteorológicos para apoio à navegação aérea, nos termos do estipulado no Decreto-Lei nº 220/1997, de 20 de agosto;
- As que ocorrem com a Força Aérea Portuguesa (FAP) e a Marinha, no respeitante à prestação dos serviços de Busca e Salvamento Aéreo, nos termos dos respetivos Protocolos NAV/FAP e NAV/Marinha, assinados a 15 de março de 2002 e,
- As que ocorrem com a Autoridade Nacional de Aviação Civil, I.P. (ANAC), decorrentes do exercício das suas responsabilidades enquanto Entidade Supervisora Nacional, nos termos do Protocolo NAV/INAC, assinado a 27 de novembro de 2009.

No quadro seguinte apresentam-se os valores respeitantes a esses serviços, nos anos de 2015 e 2016.

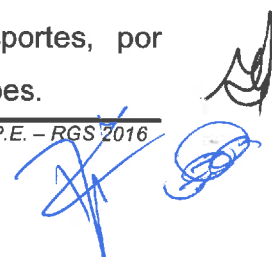
Unidade: euros

Serviços de apoio à Navegação Aérea	Entidade	2016	2015
Meteorológicos	IPMA	7 075 045	7 053 005
Busca e Salvamento	FA	6 277 402	5 606 309
	Marinha	2 141 214	2 047 807
Entidade Supervisora Nacional	ANAC	1 112 720	826 778
TOTAL		16 606 380	15 533 900

INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

No que respeita à contratação de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, a NAV Portugal, E.P.E. rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes, por despacho do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.



Nesta conformidade, em relação à formação dos contratos de empreitadas de valor inferior ao limiar comunitário de cinco milhões cento e oitenta e seis mil euros e à formação de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior ao limiar comunitário de quatrocentos e catorze mil euros, que respeitem, direta e principalmente à atividade de navegação aérea, não se aplicam as regras da Parte II (Contratação Pública) do CCP relativas aos tipos de procedimentos previstos no Código, adotando-se, nessas situações, os procedimentos “*ad hoc*” que melhor se adequem ao interesse público da navegação aérea e aos interesses empresariais da NAV Portugal.

Quanto à formação de contratos que não digam, direta e principalmente, respeito à atividade de navegação aérea, a NAV Portugal, enquanto entidade adjudicante do artigo 2º, nº 2 do CCP, excetuados os casos de escolha do ajuste direto em função de critérios materiais, pode adotar o procedimento de ajuste direto para a formação de contratos de empreitada de valor inferior a cento e cinquenta mil euros e de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior a setenta e cinco mil euros.

A NAV Portugal, no seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, disponível no sítio da Empresa na internet www.nav.pt, prevê igualmente um conjunto de regras que visam disciplinar e homogeneizar a atuação dos diversos intervenientes nos diferentes procedimentos aquisitivos, sendo de destacar, nomeadamente, as seguintes:

- Todos os Diretores, Responsáveis de Área, Chefias de grau hierárquico inferior e trabalhadores da NAV Portugal que participem em qualquer fase dos procedimentos aquisitivos devem preencher e entregar na respetiva Direção, uma declaração de inexistência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), competindo ao respetivo Diretor visar essas declarações e promover e manter o respetivo arquivo atualizado e acessível a qualquer auditoria;
- As funções de assessoria jurídica na contratação pública, designadamente na elaboração de documentos a patentear nos procedimentos aquisitivos e, bem assim, na elaboração e, quando a lei o permita, na negociação de contratos, devem ser exercidas de forma centralizada e diretamente, ou sob supervisão do

Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), por forma a evitar a dispersão, por outras Direções, Gabinetes ou Áreas, de intervenções jurídicas suscetíveis de tornar os referidos serviços de assessoria jurídica, contraditórios ou deficientes;

- A elaboração das peças de procedimentos aquisitivos que respeitem à formação de contratos:
 - de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda € 10.000,00, excetuados aqueles de reduzida complexidade em que a relação contratual se extinga com o fornecimento ou com a prestação de serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens e serviços adquiridos e,
 - de contratos de empreitadas cujo preço contratual exceda € 15.000,00, deve competir a uma equipa pluridisciplinar constituída por, pelo menos, um elemento da Direção, Gabinete ou Área interessada, um elemento da Direção de Estudos e Projetos (DEP) no caso de se tratar de uma empreitada, um elemento da Direção Administrativa e Financeira (DAFIN) e um elemento do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), salvo em casos devidamente justificados que devem ser obrigatoriamente fundamentados, de forma concreta e completa, pelo Diretor ou Responsável de Área da Direção, Gabinete ou Área interessada na aquisição;
- Na definição das entidades a convidar nos procedimentos por ajuste direto, quer os correspondentes contratos respeitem, quer não, à atividade de navegação aérea, além da Direção, Gabinete ou Área proponentes dos procedimentos aquisitivos, a DAFIN/COAPG poderá indicar outras entidades, consoante o conhecimento do mercado que possua, nomeadamente através da plataforma de contratação pública em utilização na Empresa, criando um sistema de rotação de entidades convidadas, em especial quando se trate da aquisição de bens de consumo corrente, designadamente de economato e,
- Sempre que no ajuste direto seja convidada apenas uma entidade, o Diretor da unidade ou subunidade orgânica proponente deverá, sem qualquer exceção, fundamentar tecnicamente, de forma inequívoca, concreta e completa, essa decisão.

Universo de transações que não ocorrem em condições de mercado

Fornecedor	Valor c/ IVA
AERONAUTICAL SERVICES AND PROCEDURE	25.000,00 €
Upgrade de duas licenças do programa informático	25.000,00 €
AICOX	154.623,00 €
Upgrade das Estações CAFSAT de Lisboa e Santa Maria	154.623,00 €
ALDINI	150.141,31 €
Unidade TR-810 Transceiver com Microfone	22.380,36 €
Equipamento para Ponta Delgada	27.697,99 €
Reparação de Fontes de alimentação	28.290,00 €
Licenças VOIP para equipamentos Jotron	63.482,76 €
Unidades Transceiver	8.290,20 €
ANTONIO GANHÃO	7.060,20 €
Trabalhos de manutenção nos edifícios 121 e 7	7.060,20 €
COMPANHIA PORTUGUESA IBM	132.840,00 €
Renovação do contrato de manutenção de hardware	132.840,00 €
EDISOFT	6.750,00 €
Cabo RF das antenas DVOR	6.750,00 €
ENGIE	29.272,52 €
Beneficiação Geral dos Ventiloinvectores do Ed 121	18.897,72 €
Componentes para ar condicionado	5.061,20 €
Desmontagem e limpeza dos ventiloinvectores do Ed 7	5.313,60 €
ERA	37.001,00 €
Radio Motorola e Westica	24.932,00 €
Unidade RPU para sistema WAM	6.042,00 €
Módulos RF do VOR	6.027,00 €
EUROCONTROL	17.700,77 €
Sessão formação ARTAS	17.700,77 €
FORMABASE	9.348,00 €
Manutenção operacional plataforma de gestão de segurança	9.348,00 €
FREQUENTIS	57.441,75 €
Handsets	9.738,75 €
Reparação de driver and test generator	5.830,00 €
Serviços de instalação e configuração das Gateways VOIP	41.873,00 €
GARRIGUES	5.227,50 €
Inspeção tributária do ano de 2013	5.227,50 €
GLINTT	49.987,20 €
Pacote melhorias no sistema de faturação de serviços terminal	49.987,20 €
HARRIS	149.800,00 €
Equipamento para sistema LISATM	149.800,00 €
HAWORTH	40.958,57 €
Bancadas p/serviço de manutenção	35.173,26 €
Posto de trabalho para seguranças do CCO	5.785,31 €
HEWLETT PACKARD	92.954,49 €
Licenças Produtos HP	36.714,61 €
Renovação de suporte de manutenção de servidores	56.239,88 €
IMTRADEX	10.194,00 €
Handsets	10.194,00 €
INTERESCRITORIOS	13.797,50 €
Cadeiras ergonómicas	13.797,50 €

Fornecedor	Valor c/ IVA
KONICA MINOLTA	17.758,13 €
Manutenção e fotocopiadora da REPRO pelo período de 2 anos	17.758,13 €
LEONARDO SPA	164.909,00 €
Reparação de equipamento SELEX	24.890,00 €
Reparação de equipamento SELEX	37.734,00 €
Reparação de driver and test generator	18.455,00 €
Reparação de módulos	19.279,00 €
Reparação de power supply	7.745,00 €
Reparação de Log If	10.916,00 €
Reparação de módulos radar	45.890,00 €
L3 ESSCO	5.125,00 €
Inspeção das Radomes das Estações Radar de Montejunto e Foia	5.125,00 €
MICROSOFT	47.555,28 €
Licenciamento adicional Microsoft	39.207,06 €
Licenciamento windows e SQL	8.348,22 €
NONIO HIROSS	7.084,80 €
Modulo Control FTV	7.084,80 €
NORTHROP	10.636,73 €
Aquisição de VHF Receiver	10.636,73 €
ORACLE	5.840,57 €
Licenças e serviço Oracle	5.840,57 €
PAGELSAN	5.333,16 €
Resguardos sanita	5.333,16 €
R.C.L.	224.979,30 €
Cabos para monitores BARCO	224.979,30 €
REDSHIFT	6.564,47 €
Network com agregação no backplane	6.564,47 €
RESPONSIVE UNIPESSOAL	9.348,00 €
Serviço de manutenção p/plataforma de gestão de dados de segurança operacional	9.348,00 €
RIS 2048	12.752,64 €
Renovação e conversão GFI	12.752,64 €
ROFF PORTUGAL	5.535,00 €
Ação de formação SAP	5.535,00 €
SIEMENS	5.238,39 €
Sobressalentes sist. de gestão técnica do ar condicionado da sala de controlo	5.238,39 €
STTEI	37.588,80 €
Autocad+Licenças	28.290,00 €
Upgrade/renovação autocad	9.298,80 €
TECNOTERRA	10.209,00 €
Desmatação das áreas NAV no ALS	10.209,00 €
TELCABO	15.032,60 €
Substituição de cabos RF da estação do Pico do Facho	15.032,60 €
TELESCAN	20.137,37 €
Reparação de LLZ Power	15.042,90 €
Peças no âmbito do projeto novos rádios Porto Santo	5.094,47 €
TERMA	203.990,00 €
Reparação de carta	7.110,00 €
Fornecimento e instalação de um sistema ATIS/VOLMET	196.880,00 €
THALES ITALIA	9.300,00 €
Verificar a integridade do sinal VOR	9.300,00 €
THRUPUT	125.730,00 €
Monitores para salas ATC do CCO de Sta Maria	125.730,00 €



Fornecedor	Valor c/ IVA
TUPOS GRAPHIC	21.330,00 €
Fitas de progresso de voo	21.330,00 €
VAISALA	21.294,00 €
Material para meteo Vaisala	11.954,00 €
Implementação do sistema Awos em Ponta Delgada	9.340,00 €
VORTAL	17.186,18 €
Prestação de serviço de plataforma Vortal	17.186,18 €
3W	96.610,23 €
Renovação de subscrição de anti vírus McAfee	27.306,00 €
Renovação da subscrição Websense/Forcepoint	69.304,23 €

Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos

Unidade: euros

Empresa	
Fidelidade - Comp. Seguros, SA	1.085.259
MEO, Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	1.810.028

IX-ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA

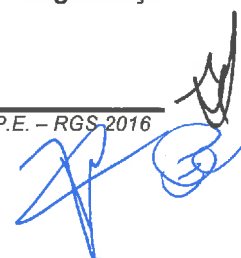
Em 2016, a NAV Portugal manteve, à semelhança dos anos anteriores, a prática de integração dos princípios de sustentabilidade nas políticas e processos da sua gestão, como suporte à promoção do seu desempenho em matéria de desenvolvimento sustentável e consequente definição de novas metas.

Nesse âmbito encontram-se identificados os desafios em matéria de sustentabilidade com maior grau de importância para a NAV Portugal e para as partes interessadas:



Desafios de sustentabilidade

- *Tecnologia*: Atualização permanente e pleno funcionamento dos sistemas, de forma a assegurar o cumprimento dos requisitos de segurança (*safety* e *security*), eficiência, capacidade, qualidade e proteção ambiental;
- *Segurança Operacional (Safety)*: Garantia da segurança operacional, protegendo utilizadores, clientes, comunidade, colaboradores e restantes *stakeholders*, tendo por objetivo atingir “zero acidentes”;
- *Eficiência e Capacidade*: Assegura a gestão do tráfego aéreo, através de uma gestão flexível da capacidade e da redução gradual dos tempos de espera;
- *Sustentabilidade financeira*: Reforço de medidas de contenção de custos e de prudência nas decisões de investimentos, tendo por base a segurança



operacional e a adequação interna aos objetivos estratégicos do “Céu Único Europeu”;

- **Ambiente:** Promoção da cultura da proteção ambiental e otimização do desempenho ambiental a nível interno, com contribuição para a redução do impacto ambiental do setor da aviação civil;
- **Colaboradores e formação:** Investimento na formação contínua dos colaboradores, como condição base para cumprimento dos objetivos da Empresa e,
- **Stakeholders:** Envolvimento com os *stakeholders* para a concretização eficaz dos diferentes eixos estratégicos através do desenvolvimento de projetos a nível nacional e internacional.

Os desafios de sustentabilidade identificados estão alinhados com o documento “NAV Portugal: Visão 2020”, definido pela NAV Portugal, E.P.E., onde a Empresa assume os sete “Grandes Objetivos Estratégicos”, conforme referido no ponto II do presente relatório e cuja avaliação está sintetizada no mapa abaixo apresentado:

Execução Plano de Negócios - Avaliação dos objetivos estratégicos 2016

OE ID	DESCRIÇÃO OE	KPI ID	INDICADOR	Real 2016	Plano 2016	Avaliação	Score Indicador	Score Objectivo
OE1	Reforçar a cultura de segurança	PGS67-IND01	Índice de Incidentes	3,14	1		1	3
OE1	Reforçar a cultura de segurança	PGS67-IND11	Utilização do RAT na análise de Incidentes	100,0%	90,0%		5	
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados	PGS63-IND06	Controlo realização plano investimentos (GI & IC & PI)	43,9%	75,0%		1	3
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados	PGS63-IND07	Controlo realização orçamento de exploração	-4,5%	3,0%		5	
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados	PGS68-IND03	Índice disponibilidade subsistemas	99,5%	98,50%		5	
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados	POP16-IND01	Atraso médio por movimento	0,43	0,33		1	
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados		Atraso médio por movimento rota	0,21	0,20		2	
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados		Atraso médio por movimento terminal	0,29	0,60		5	
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados	POP16-IND03	Porcentagem voos ao perfil ou acima requerido	95,1%	93,0%		3	
OE2	Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados	POP17-IND09	Número NOTAM PERM em vigor >3 meses	0	5		5	
OE3	Desenvolver iniciativas estratégicas		Grau Cumprimento Plano Inicia'tives	72,7%	100,0%		3	3
OE4	Garantir o cumprimento de novos requisitos regulamentares		Taxa de Evolução das constatações em aberto	-22,0%	-10,0%		5	5
OE5	Desenvolver boas práticas de responsabilidade social e ambiental	PGS64-IND05	Grau cumprimento programa gestão ambiental	75,9%	70,0%		4	4
OE6	Assegurar o desenvolvimento organizativo	PGS61-IND02	Taxa crescimento dos efetivos	-0,6%	0,0%		5	3
OE6	Assegurar o desenvolvimento organizativo	PGS61-IND07	Execução plano de formação	67,3%	80,0%		2	
OE6	Assegurar o desenvolvimento organizativo	POP19-IND01	Execução do plano de formação (NP formandos)	85,4%	80,0%		3	
OE6	Assegurar o desenvolvimento organizativo	POP19-IND04	Taxa utilização da capacidade	45,9%	50,0%		2	
OE7	Melhorar a capacidade de resposta nos domínios da competitividade e da inovação	POP11-IND01	Grau satisfação do cliente	4,1	4,0		5	5

O desdobramento dos grandes objetivos e a definição das áreas de atuação constam do Plano de Negócios 2017-2021.

No que respeita ao domínio ambiental, é política da empresa a implementação de medidas que reduzam o impacto ambiental direto e indireto da sua atividade.

O Sistema de Gestão Integrado da Empresa inclui, desde 2010, a vertente de Gestão Ambiental certificada, segundo a norma NP EN ISO 14001:2012. Este sistema contribui, de modo significativo, para o reconhecimento interno e externo das práticas ambientais desenvolvidas e implementadas pela Empresa e para o reforço do posicionamento internacional da NAV Portugal.

No que diz respeito a aspetos ambientais monitorizados destacam-se o consumo de energia, tanto elétrico como de combustível, associado à frota automóvel e aos grupos geradores de emergência.

As operações da NAV Portugal implicam ainda o consumo de materiais, nomeadamente os óleos de motores utilizados nos geradores e o papel. O óleo dos motores dos grupos de geradores de emergência é substituído anualmente, tratando-se de uma prática de manutenção da Empresa com vista ao bom funcionamento deste equipamento.

Relativamente ao consumo de papel, a NAV Portugal mantém a sua política de maximizar a utilização do uso de papel reciclado/híbrido. O indicador existente prevê a utilização acima de 90% deste tipo de papel.

Da atividade da Empresa resulta, maioritariamente, resíduos urbanos e, em menor quantidade, resíduos industriais perigosos: óleos de motor, baterias de chumbo e lâmpadas. De acordo com os requisitos legais, os resíduos não perigosos (metais, vidro e equipamento informático) são sempre encaminhados na sua totalidade para valorização energética, reciclagem e produção de biogás.

O consumo de água, resulta não só do consumo associado às infraestruturas, mas também às áreas jardinadas. Neste âmbito, nos últimos anos têm sido implementadas medidas com vista a um consumo mais sustentável de água na Empresa.

Todos estes aspetos ambientais são monitorizados através de um plano de monitorização e medição ambiental e são reportados anualmente no Programa de

Gestão Ambiental. Neste Programa são identificadas as iniciativas previstas com impacto ambiental e definidas metas e objetivos futuros. É, também, analisado o seu grau de concretização, nomeadamente o balanço das iniciativas realizadas e a verificação das metas e objetivos definidos anteriormente, sendo assim possível avaliar o desempenho ambiental da NAV Portugal.

Como ferramenta auxiliar na avaliação de desempenho ambiental, a Empresa, desde 2010, aderiu ao Programa de Gestão Voluntária de Carbono. Para cálculo da Carbónica é seguida a metodologia *standard* definida pelo *Greenhouse Gas Protocol*, permitindo estimar as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) decorrentes da atividade, e que é complementar ao normativo NP EN ISO 14064.

A NAV Portugal assume que a compensação das emissões excedentes da sua atividade deve estar, sempre que possível, associada à prestação de serviços, promovendo a otimização do desempenho ambiental ao longo da sua cadeia de valor.

Adicionalmente, e ainda no âmbito do Plano de Compensação de emissões GEE, considera-se ainda a produção de energia elétrica resultante de painéis fotovoltaicos instalados em algumas estações da Empresa.

Anualmente é publicado o Relatório do Programa de Gestão Voluntária de Carbono, onde são apresentados detalhadamente os resultados para todos os edifícios da Empresa.

No âmbito da mitigação do ruído ambiental, a NAV Portugal, participa nos estudos de procedimentos de redução de ruído que têm vindo a ser desenvolvidos pela ANA Aeroportos. O objetivo destes estudos passa pela identificação de procedimentos exequíveis de redução de ruído, e desse modo contribuir para minimizar o ruído resultante da exploração dos aeroportos e seus efeitos nas populações expostas. Em 2016, estes estudos incidiram sobre o Aeroporto da Madeira.

Ao nível do Sistema de Gestão Integrado, durante o ano de 2016, foi assegurada a manutenção da Certificação no âmbito da Qualidade e a renovação da vertente Ambiental, bem como, a revalidação do Certificado da Organização de Formação de



Pessoal do Controlo de Tráfego Aéreo da NAV Portugal atribuída pela ANAC, Autoridade Nacional da Aviação Civil.

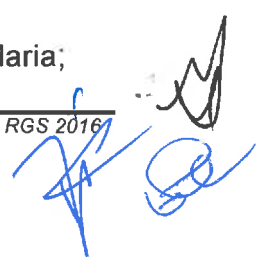
No que respeita à política de Responsabilidade Social desenvolvida pela NAV Portugal os seus pilares expressam-se através de valores, condutas e políticas da organização que integram de modo voluntário e em interação com os seus parceiros preocupações sociais e ambientais, para além do que resulta do estrito cumprimento da legislação nacional e internacional.

Assim, ao longo dos anos a NAV Portugal tem assumido práticas de responsabilidade social ao nível externo, através da promoção de direitos sociais e ambientais, nomeadamente no respeito e bem-estar das comunidades onde se integra e preservação da sustentabilidade ambiental e também ao nível do desenvolvimento de ações de carácter social, cultural e ambiental, apoio a instituições de solidariedade social e patrocínio de causas solidárias.

Ao nível interno, a NAV cumpre um Código de Ética e promove políticas socialmente responsáveis de satisfação dos seus colaboradores e que se traduzem em apoios sociais e culturais. Enquanto Empresa do SEE, a NAV adota os Princípios de Bom Governo reconhecidos e aprovados pelo Conselho de Ministros (RCM 133/2013) para as empresas do setor empresarial do Estado e (RCM 103/2013) que aprova o V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não discriminação 2014-2017.

Identificação de Benefícios sociais – Práticas internas:

- Flexibilidade de horário de trabalho (horas de entrada e saída) no cumprimento do período normal de trabalho semanal;
- Pensões complementares de reforma e de sobrevivência (Fundo de Pensões);
- Complemento de abono de família;
- Subsídio de material escolar para trabalhadores com filhos em idade escolar, atribuído uma vez por ano;
- Colónia de férias, Festa de Natal das crianças e formação em férias de verão;
- Serviço complementar de transporte coletivo;
- Subsídio por morte;
- Nos Açores: Subsídio de deslocação e Parque Habitacional em Santa Maria;



- Seguro de saúde gratuito para os trabalhadores com possibilidade de extensão aos membros do agregado familiar, beneficiando de prémios inferiores aos praticados;
- Assistência médica domiciliária em horário pós-laboral e fins-de-semana;
- Complemento de subsídio de doença/Assistência a familiares;
- Adiantamentos sobre remunerações futuras, tendo em vista colmatar situações pontuais de necessidades financeiras dos trabalhadores, motivadas por patologias clínicas dos próprios ou dos membros do seu agregado familiar;
- CISM - programa para prevenção e mitigação do *stress* traumático, assistência e apoio psicológico aos trabalhadores visando a manutenção da saúde e bem-estar destes profissionais;

Identificação de práticas externas ao nível de protocolos:

O Conselho de Administração decidiu, tendo em conta as dificuldades que o País atravessa e respeitando a política de responsabilidade social da NAV Portugal, por apoiar através da atribuição de donativos, as iniciativas de carácter sócio humanitário promovidas por entidades de cariz social, que a seguir se discriminam:

Nacional

- Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome
- CÁRITAS

Lisboa

- Instituto Português de Oncologia (Videolaringoscópio para a UCI).
- Associação para a Integração e Apoio ao Deficiente Jovem e Adulto (equipamento de som para apoio e desenvolvimento das atividades socioculturais).
- Associação das Obras Assistenciais da Sociedade de São Vicente de Paulo (apoio à atividade).

Porto

- Instituto Português de Oncologia (televisores para quartos de internamento em novo edifício).
- Liga Nacional Criança Esperança RENASCER (cadeiras de rodas, camas articuladas e andarilhos).

Faro

- Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (esteiras de banho e de um computador a adaptar à utilização dos utentes).

- Centro de Apoio ao Sem Abrigo (carrinha para apoio à distribuição de alimentos).

Funchal

- Associação de Paralisia Cerebral da Madeira (carros de higiene, elevador de transferência e computador adaptado).
- Centro da Mãe (leite e fraldas).

Porto Santo

- Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo (artigos lúdicos de apoio ao desenvolvimento das atividades de psicologia e psicomotricidade).

Santa Maria

- Recolhimento de Santa Maria Madalena (camas articuladas, cadeiras de rodas e outro equipamento similar).

São Miguel

- Associação de Paralisia Cerebral de São Miguel (cintos de fixação a cadeira de rodas e kit de fixação a veículos).
- Projeto São Lucas (carrinha para transporte de idosos e de distribuição de alimentos).

Faial

- Santa Casa da Misericórdia da Horta (cadeiras de rodas, camas articuladas e andarilhos).

Flores

- Associação Humanitária dos Bombeiros de Santa Cruz das Flores (monitor de sinais vitais e equipamento diverso para ambulâncias).

Paralelamente, e ainda neste âmbito, a Empresa continuou a apoiar um conjunto de iniciativas, designadamente:

- Patrocínios de atividades lúdicas e desportivas a associações do setor de atividade: Associação de reformados da NAV Portugal; Clube ANA e TAP e Associações de trabalhadores;
- NAV Azul – separação e seleção de resíduos, reciclagem e recolha de tampas (reconverter em cadeiras de rodas), e
- Protocolos Especiais com entidades bancárias, clubes desportivos, empresas na área da saúde e agências de viagens.

A NAV Portugal preconiza e mantém, desde a sua criação, uma política de recursos humanos indistinta para homens e mulheres, inteiramente observadora do princípio do tratamento igual e indiferenciado dos seus trabalhadores, independentemente do género, no estrito cumprimento do nº 1 da RCM nº19/2012, de 23 de fevereiro sobre esta matéria.

Esta política é aplicada em todas as vertentes da gestão de recursos humanos, não prevendo os Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho aplicáveis (três acordos de Empresa), celebrados com as várias estruturas representativas dos trabalhadores, qualquer diferenciação salarial, enquadramento profissional, progressão na carreira ou direitos genéricos dos trabalhadores, nomeadamente em função do sexo, estado civil ascendência, idade, identidade de género, orientação sexual, nacionalidade, origem étnica ou raça, religião, convicções políticas ou ideológicas, filiação sindical ou situação familiar entre outras, no estrito cumprimento da Lei (artº 25º do Código do Trabalho).

No âmbito da igualdade de tratamento/oportunidades entre homens e mulheres e da não discriminação, salientam-se as seguintes medidas estabelecidas:

- O processo de recrutamento de pessoal para as várias categorias profissionais da Empresa é indiferenciado entre mulheres e homens. O regulamento da NAV Portugal contempla expressamente a proibição de discriminação de tratamento dos candidatos a emprego, não podendo estes ser beneficiados ou prejudicados no acesso ao emprego em função de todos os fatores supra enumerados, nomeadamente em função do sexo.
- Condições de trabalho idênticas e igualdade de ganhos médios mensais entre mulheres e homens em cada categoria profissional, sendo integralmente respeitados os direitos consignados no Código do Trabalho relativamente à proteção de grávidas, puérperas e lactantes, nomeadamente quanto a licenças, restrições de trabalho noturno e/ou suplementar.
- A igualdade de tratamento entre mulheres e homens no âmbito da progressão salarial (promoção, reclassificação ou reenquadramentos na carreira), de acordo com os Acordos de Empresa vigentes, sem qualquer diferenciação;
- O acesso indiferenciado a funções e lugares de gestão/decisão;
- O acesso à formação profissional qualificante, adequada às competências exigidas ou necessárias, com participação indiferenciada entre mulheres e homens;



- A existência de fundos de pensões, ao abrigo dos quais são atribuídas pensões complementares de reforma ou aposentação a todos os trabalhadores da Empresa, de acordo com as regras previstas nos respetivos contratos constitutivos e que não contemplam diferenciação em função do sexo;

No que concerne à proteção da família e facilitação/conciliação da vida pessoal, familiar e profissional dos trabalhadores da Empresa:

- A proteção da maternidade e paternidade, sendo de salientar a atribuição, pela Empresa, do adiantamento do subsídio de parentalidade/adoção a cargo da segurança social;
- A flexibilidade de horário de trabalho (horas de entrada e saída) no cumprimento do período normal de trabalho semanal;
- Seguro de saúde gratuito para os trabalhadores com possibilidade de extensão aos membros do agregado familiar, beneficiando de prémios inferiores aos praticados;
- Complemento de abono de família para trabalhadores com filhos até aos 6 anos de idade;
- Subsídio de material escolar para trabalhadores com filhos em idade escolar, atribuído uma vez por ano;
- Complemento de subsídio de doença, bem como do subsídio para assistência à família;
- Possibilidade de concessão de adiantamentos financeiros para despesas de saúde do trabalhador ou do seu agregado familiar;
- Organização das festas de Natal para os filhos dos trabalhadores com idade até 12 anos;
- Comparticipação para colónias de férias para os filhos dos trabalhadores com idades entre os 6 e 14 anos e ações de formação para crianças no período de férias escolares.

A NAV Portugal tem dado resposta às solicitações que sobre este assunto são veiculadas pelo Departamento de Estatística de Emprego Público (DEEP), preenchendo as fichas de atualização de informação para acompanhamento da execução da RCM nº 19/2012 de 23 de fevereiro (a última ficha referente a 2016 foi enviada a 07 de fevereiro de 2017), onde se conclui que, em face dos resultados do diagnóstico efetuado de evidência de não discriminação, bem como atento o elenco

dos benefícios já praticados pela NAV no âmbito de uma política de igualdade, não discriminatória e facilitadora da conciliação da vida pessoal e familiar com a vida profissional, não é aplicável a adoção de um plano específico para a igualdade.

De igual modo, a política de recursos humanos desenvolvida pela NAV Portugal, tem sido orientada para a valorização e motivação do seu capital humano, através, quer da conceção e implementação de sistemas de gestão de desempenho, visando a melhoria contínua das competências técnicas e comportamentais e o cumprimento dos objetivos individualmente contratualizados, quer da realização de ações de formação no domínio do desenvolvimento pessoal e do relacionamento interpessoal, tendo em vista a melhoria do espírito de equipa e a promoção de um saudável clima social.

Refere-se a este propósito, que na decorrência dos procedimentos definidos no âmbito do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Ambiente da Empresa, é elaborado anualmente, um Plano de Formação Consolidado, tendo por base Planos de Formação Sectoriais, os quais resultam da prévia identificação das correspondentes necessidades de formação comportamental e técnica dos trabalhadores. Cumulativamente e de acordo com os procedimentos instituídos, todas as ações de formação, são objeto de um “follow-up”, por forma a avaliar os inerentes impactos, na valorização pessoal e técnica dos trabalhadores e inerentemente no seu desempenho.



junho17

X-AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

O R&C de 2015 da NAV Portugal, E.P.E., elaborado e assinado pelo CA, foi enviado aos Senhores(a)s Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, Secretário de Estado das Infraestruturas, Tribunal de Contas e ao Inspetor-Geral de Finanças, em 5 de agosto de 2016 através das cartas 80/81/82/83/CA/2016, respetivamente, juntamente com o Relatório dos Auditores Externos, o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas. Aguarda-se a competente aprovação das contas, pelo que, nesta data, não são conhecidas as recomendações do acionista.

Mais se salienta que relativamente à estrutura e prática do Governo Societário também não foi dado conhecimento à NAV Portugal de quaisquer eventuais recomendações do acionista.

Este documento incorpora toda a informação e demais elementos disponíveis, considerados relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas pela NAV Portugal no ano de 2016.

Lisboa, 26 de junho de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Albano Manuel Carvalho Coutinho
Presidente



Egídia Pinto de Queiroz Martins
Vogal



Francisco César Ramos Fernandes Gil
Vogal

XI-ANEXOS DO RGS

Extrato da ata da reunião do Conselho de Administração em que foi deliberada a aprovação do RGS 2016.

Relatório do Conselho Fiscal a que se refere o n.º2 do artigo 54.º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro.

Declarações previstas no artigo e 52º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro.

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA de 26-06-2017

Reunião 20 / 2017

DELIBERAÇÃO

Assunto: **RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO DE 2016 ➤ NOVA VERSÃO**

Documentos Básicos: Ofício DGTF Nº 2563, de 30 May17, e Relatório do Governo Societário de 2016 – Nova Versão

Ponto nº: **18**

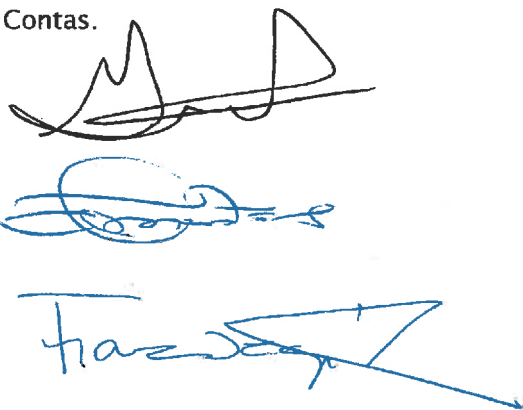
Divulgação: **DAFIN**

Diretor Responsável pela Execução:

Prazo de Execução:

Na sequência do pedido efectuado através do Ofício da DGTF Nº 2563, de 30 May'17, o Conselho de Administração deliberou aprovar a nova versão do Relatório do Governo Societário de 2016, por forma a responder às observações apresentados pela UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial, no seu Relatório de Análise nº 148/2017, de 16 de Maio.

Mais deliberou este Conselho enviar, de imediato, o mesmo para a DGTF, Tutelas, IGF e Tribunal de Contas.



EM/IC

A informação contida neste documento destina-se unicamente a fins internos da NAV Portugal, E.P.E. e é reservada ao seu destinatário, podendo conter elementos confidenciais e/ou particulares. Não é permitida a sua cópia, alteração, distribuição ou qualquer outra utilização por pessoas/entidades que não sejam o seu remetente ou o destinatário da mesma.

The information transmitted by this document is intended only to internal purposes of NAV Portugal, E.P.E. and for the use of its recipient and may contain confidential and/or legally protected data. It is prohibited any copy, amendment, distribution or any other use by persons/entities other than the sender or the intended recipient.

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SESSÃO ORDINÁRIA de 2017-03-22
Reunião 10 / 2017

DELIBERAÇÃO

Assunto: **RELATÓRIO E CONTAS E RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO EXERCÍCIO DE 2016 - PROPOSTA**

Documentos Básicos: C.I. DAFIN Nº 071 /17, de 21-03-2017 e Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário 2016

Ponto nº: 11

Divulgação: **DAFIN**

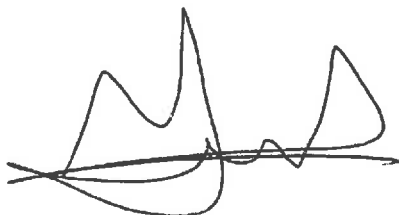
Diretor Responsável pela Execução: **DAFIN**

Prazo de Execução:

Analisados os documentos "Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário 2016", anexos à C.I. DAFIN Nº 071/17, de 21 de Março de 2017, que faz parte integrante desta Deliberação, o Conselho de Administração deliberou aprovar este Documento e proceder, de imediato, à sua assinatura.

Tendo em vista o seu posterior envio às Tutelas, DGTF e IGF, bem como ao Tribunal de Contas, deliberou ainda:

- ✓ Remeter o mesmo aos Auditores Externos para emissão do Relatório Final de Auditoria e,
- ✓ Ao Conselho Fiscal para emissão do Relatório Final e Parecer, bem como da Certificação Legal de Contas 2016.





Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Exercício de 2016

1. Introdução

As competências do Conselho Fiscal (CF) resultam (i) da conjugação do disposto no artigo 12.º dos Estatutos¹ da Navegação Aérea de Portugal, NAV, EPE, doravante NAV Portugal, e do artigo 420.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), por força do artigo 60.º, n.º 2 do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e ii) do disposto no artigo 54.º, n.º 2, do RJSPE no que se refere à verificação do cumprimento relativamente aos relatórios de boas práticas de governo societário.

Os membros em funções foram designados por Despacho de 9 de julho de 2015 dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, para o mandato de 2015-2017.

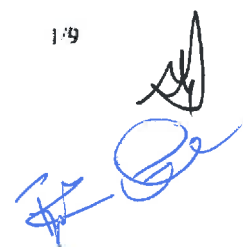
Descrevem-se neste relatório as principais atividades desenvolvidas pelo CF no âmbito da sua ação fiscalizadora relativa ao ano de 2016 e a apreciação dos documentos de prestação de contas relativos ao período anual findo em 31-12-2016, recebidos em 23-03-2017.

2. Atividade desenvolvida

No desempenho das suas funções relativamente ao exercício de 2016, o CF, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes, tendo, designadamente, desenvolvido as seguintes atividades:

- (a) Procedeu à análise e relato trimestral sobre os controlos efetuados, anomalias detetadas, desvios em relação aos orçamentos e seguimento das orientações tutelares;
- (b) Tomou conhecimento das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna e dos relatórios emitidos e acompanhou o desenvolvimento da auditoria externa;
- (c) Tomou conhecimento da evolução das liquidações adicionais em sede de IRC relacionadas com serviços não taxáveis (voos isentos) e com as contribuições para os fundos de pensões;
- (d) Emitiu o parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2015;
- (e) Analisou os Instrumentos Previsionais de Gestão para 2017 e emitiu o correspondente parecer em 28 de novembro de 2016;

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro.





- (f) Acompanhou o processo de preparação das demonstrações financeiras e os trabalhos de auditoria desenvolvidos pelos auditores externos e pelo Revisor Oficial de Contas relativos ao exercício de 2016;
- (g) Obteve da Administração todos os esclarecimentos que entendeu necessários relativamente à gestão corrente da Empresa, nomeadamente, quanto às diligências de cobrança dos serviços prestados no âmbito do contrato de prestação de serviços de "Controlo de Tráfego Aéreo no aeródromo municipal de Cascais", assim como relativamente ao processo de construção do Céu Único Europeu;
- (h) Reuniu com o atuário para discutir os pressupostos utilizados como base para as avaliações das responsabilidades dos fundos de pensões. Verificou, posteriormente, a conformidade da informação constante dos relatórios emitidos pelo atuário com os registos contabilísticos;
- (i) Acompanhou o tratamento contabilístico dos ganhos e perdas atuariais na sequência das alterações à NCRF 28 -- Benefícios dos empregados, no que respeita ao reconhecimento e mensuração dos planos de benefícios definidos, nomeadamente no que se refere ao preconizado na alínea d) do parágrafo 43.

As verificações de natureza contabilística foram realizadas, essencialmente, pela Vogal RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., tendo sido apreciados os relatórios por ela emitidos e a Certificação Legal das Contas (CLC), a qual mereceu concordância do CF.

O CF realça a articulação verificada com as diversas unidades orgânicas da Empresa na perceção, entendimento e correção dos procedimentos adotados e em especial a boa relação com os administradores.

3. Apreciação do relatório de gestão

O Relatório de Gestão da NAV Portugal contém todas as matérias previstas nos artigos 66.º e 66.º-A do CSC, bem como os aspetos exigidos pela legislação específica aplicável ao Sector Público Empresarial, nomeadamente o RJSPE. Assim, o relatório apresentado divulga:

- (a) a atividade desenvolvida no exercício, com evidência para a evolução dos negócios, o desempenho económico-financeiro, a execução do investimento, as atividades de investigação e desenvolvimento, a caracterização dos recursos humanos, bem como as perspectivas futuras, na linha do requerido pelo CSC; e
- (b) os aspetos relevantes da governação e do cumprimento das orientações legais, em conformidade com as instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), transmitidas através do ofício n.º 1269, de 27 de fevereiro de 2017.

O CF entende que o relatório cumpre, em termos gerais, os requisitos legais estabelecidos e as referidas instruções divulgadas pela DGTF e conclui que as análises efetuadas estão em consonância com a posição financeira, o desempenho económico e os fluxos de caixa evidenciados nas demonstrações financeiras.





4. Apreciação do relatório de boas práticas de governo societário

De acordo com artigo 54.º, n.º 1, do RJSPE, a Empresa apresenta o relatório de boas práticas de governo societário de forma autonomizada e de acordo com o modelo disponibilizado no site da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM). Nestes termos, o relatório apresentado divulga: i) a missão, objetivos e políticas da empresa, sendo evidenciado neste ponto um conjunto de indicadores baseados em *benchmarking* internacional (ANSP da Alemanha, Áustria, Irlanda e Suíça), com cuja média ponderada é aferido o desempenho da NAV Portugal; ii) referências à estrutura de capital da empresa; iii) informação sobre participações sociais, incluindo identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses; iv) informação detalhada sobre os órgãos sociais e o modelo de governo adotado, assim como da estrutura funcional e dos auditores externos; v) apresentação da organização interna da empresa e dos aspetos essenciais do controlo interno e da gestão de riscos, assim como da legislação nacional, comunitária e internacional a que está sujeita, e ainda do código de ética aprovado e em vigor na NAV Portugal; vi) informação sobre remunerações; vii) informação sobre transações com partes relacionadas e outras; viii) análise da sustentabilidade da empresa; ix) informação sobre a avaliação do governo societário, dando-se conta, nomeadamente, do facto de não serem conhecidas recomendações do acionista por se aguardar a competente aprovação das contas do exercício anterior.

De acordo com o artigo 5.º dos Estatutos, a estrutura de governo da NAV Portugal é composta por um CA com cinco elementos (um Presidente, e quatro Vogais) e um CF. Contudo, o CA, na sequência da publicação da Resolução n.º 24/2016, de 14 de julho de 2016, funciona atualmente apenas com três elementos (um Presidente e dois Vogais).

Registe-se, ainda, que o CA funcionou nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 apenas com o Presidente e um Vogal, tendo-se mantido em funções até 13 de julho apenas o seu Presidente.

O CF mantém-se em funções desde 09-07-2015, sendo composto por 3 membros, um Presidente e dois Vogais, um dos quais Revisor Oficial de Contas.

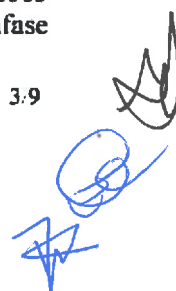
A este propósito, importa referir que o CSC prevê para as empresas com a dimensão da NAV um modelo de fiscalização composto por Conselho Fiscal e ROC, devendo, ainda, ser tidas em consideração as regras decorrentes nesta matéria da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria.

O CF entende que o relatório de boas práticas de governo societário cumpre, em termos gerais, os requisitos legais estabelecidos, incluindo a estrutura e divulgações requeridas.

5. Apreciação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas integram: (i) o balanço, (ii) a demonstração dos resultados por naturezas, (iii) a demonstração das alterações no capital próprio, (iv) a demonstração dos fluxos de caixa e (v) o anexo às demonstrações financeiras.

Os auditores externos e o Revisor Oficial de Contas colocam reserva por incerteza face à probabilidade de recuperação das quantias pagas por força de liquidações adicionais de IRC de 2005 a 2013 e eventuais consequências relativamente aos exercícios ainda sujeitos a inspeção, e dão ênfase





aos efeitos no Ativo, na rubrica Diferimentos, relativos a benefícios pós-emprego, e na rubrica Outras contas a receber e diferimentos (passivo), relativos aos efeitos do mecanismo corretor de rota e terminal incluindo a recuperação dos custos classificados como não controláveis.

Por via da alteração da NCRF 28 – Benefícios dos empregados, a NAV Portugal passou a reconhecer os ganhos e perdas atuariais no capital próprio, quando no ano de 2015 foram registados em resultados na conta Gastos com o pessoal, afetando a comparabilidade das demonstrações financeiras. Assim, ambas as entidades dão também ênfase ao facto de as quantias dos gastos com o pessoal, dos resultados e o capital próprio não serem comparáveis com o período homólogo.

O CF considera que os documentos apresentados pelo CA satisfazem os requisitos formais do relato financeiro definidos para as sociedades em geral e evidenciam a informação especialmente requerida pelo artigo 23.º dos Estatutos quanto à discriminação das participações no capital de empresas e à separação entre ativos patrimoniais e dominiais.

Em conformidade com as referências efetuadas ao longo da sua ação fiscalizadora, o CF suscita especial atenção para os seguintes aspetos:

- Monitorização permanente dos investimentos, de modo a reduzir desvios entre a realização e a programação e a assegurar, quanto aos projetos em curso, que os mesmos são depreciados a partir do momento em que ficam disponíveis para uso e são geradores de benefícios económicos futuros;
- Acompanhamento e avaliação do grau de reversibilidade das liquidações de IRC relacionadas com os voos isentos e com as contribuições para os fundos de pensões.

6. Situação económico-financeira da empresa

O Resultado líquido da NAV Portugal de 2016 traduz um lucro de 28,038 M€, comparando com o resultado positivo de 6,93 M€ obtido em 2015. Tal como anteriormente referido, o resultado líquido de 2016 não está afetado das perdas atuariais no valor de 12,822 M€, reconhecidas no capital próprio.

Os rendimentos e ganhos operacionais apresentaram o valor global de 182,9 M€ (169,8 M€ em 2015), enquanto o total dos gastos e perdas operacionais suportados pela NAV ascendeu a 147,060 M€ (160,4 M€ em 2015).

O Resultado operacional, no montante de 36,038 M€, registou um aumento de 26,443 M€ face a 2015, variação essa que não inclui as perdas atuariais no valor de 12,822 M€.

Em termos patrimoniais, salientam-se os valores referentes ao final de 2016 do Capital Próprio (103,408 M€) e do Ativo líquido (300,495 M€), que evidenciam uma estrutura de financiamento prudente.

7. Apreciação da proposta de aplicação dos resultados

A proposta de aplicação dos resultados do exercício incluída no ponto 11 do Relatório de Gestão cumpre com o disposto no artigo 22.º dos Estatutos, sendo 10% para reserva geral, 1% para fundo





para fins sociais, 50% para remuneração dos capitais investidos e o remanescente para reserva para investimentos.

8. Aspetos sobre o desempenho

Face à inexistência de contratos de gestão para 2016, o CF considera não existirem condições para avaliação do desempenho dos gestores relativamente a esse **exercício**, não obstante no ponto 3.1 do Relatório de Gestão a NAV Portugal fazer referência aos objetivos estratégicos constantes do Plano de Negócios da empresa para 2017-2021.

À semelhança do procedimento adotado nos anos anteriores a NAV Portugal considerou um conjunto de indicadores (na sua maioria baseados em benchmarking internacionais) o que permite uma avaliação pela média ponderada de objetivos estabelecidos relativamente a indicadores do conjunto de *peers* selecionados² e de objetivos estabelecidos face a valores absolutos de desempenho orçamental.

No que se refere aos indicadores de referência decorrentes da comparação com o conjunto dos *peers* selecionados, foi obtida uma pontuação final de 157,68%.

O CF entende a análise do referido ponto 3.1. do Relatório de Gestão sobre o alcance de objetivos, como indicador geral de desempenho ao nível empresarial.

9. Cumprimento das orientações legais e das instruções da Tutela

Objetivos de gestão

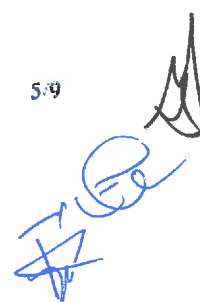
Não obstante a NAV Portugal ter norteado a sua atividade de acordo com a proposta de Plano de Atividades e Orçamento 2016, o mesmo não foi objeto de aprovação. Não obstante, o CF acompanhou a execução orçamental e apresentou comentários às principais variações verificadas.

Não tendo sido fixados objetivos para 2016, a Empresa tomou como referência os indicadores apresentados à Tutela no âmbito do Plano acima referido, apresentando uma justificação para os desvios que ocorreram designadamente no EBITDA real, gastos operacionais, quadro de pessoal e investimentos.

Gestão do risco financeiro

O recurso a instrumentos de gestão de risco financeiro não é relevante, tendo em conta a natureza regulada das atividades da empresa, a sua capacidade de autofinanciamento e os montantes e condições dos financiamentos contratados com o BEI (cf. ponto 3.2. do Relatório de Gestão).

² Irlanda, Áustria, Alemanha e Suíça





Endividamento

A Empresa reduziu, em 2016, o seu nível de endividamento bancário em 2,5 M€ face a 2015, o qual se consubstanciou na regular amortização dos financiamentos contratados junto do BEI.

Prazo médio de pagamentos

O prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), apurado nos termos da RCM n.º 34/2008, com o ajustamento introduzido pelo Despacho n.º 9870/2009, apresenta no final do ano de 2016 o valor de 63 dias, registando um aumento de 19 dias relativamente ao exercício anterior. Segundo a mencionada RCM, este indicador deveria situar-se entre 30 e 40 dias.

A NAV Portugal refere que esta situação se deve a dois contratos de fornecimento de equipamento, no montante de 1,35M€, cujos requisitos contratuais³ apenas permitiram a respetiva liquidação em janeiro de 2017. Sem este efeito o PMP global da Empresa seria de 41 dias.

Divulgação dos atrasos nos pagamentos

Os pagamentos em atraso estão divulgados no ponto 3.4. do Relatório de Gestão.

Recomendações da Tutela na aprovação das contas de 2015

Tal como referido no ponto 3.5 do Relatório de Gestão, o Relatório e Contas de 2015 foi enviado em 5 de agosto de 2016 aos Senhores Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e Secretário de Estado das Infraestruturas, Tribunal de Contas e Inspeção-Geral de Finanças, aguardando-se a competente aprovação. Assim, até à data não são conhecidas recomendações do da tutela.

Redução de remunerações

Foram efetuadas as reduções de 5% fixadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, relativamente aos membros do CA e aos membros do CF.

Não obstante as reduções referidas, o Despacho n.º 746/15-SET, de 20 de maio, e o Despacho n.º 1379/2015/SEAP, de 5 de maio, do Sr. Secretário de Estado da Administração Pública, determina que os trabalhadores da NAV Portugal encontram-se excluídos do âmbito de aplicação subjetivo da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro (cfr. n.º 12 do artigo 2.º), pelo que não se aplicam à NAV Portugal as reduções remuneratórias previstas no respetivo artigo 2.º, nem quaisquer outras proibições de natureza remuneratória para as quais releve o âmbito de aplicação subjetivo da referida norma. Por tal motivo, não se aplicaram as disposições previstas na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de setembro, que procederam à extinção faseada das referidas reduções remuneratórias.

Paralelamente, nos termos dos Despachos do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 14 de julho de 2016 e do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, de 15 de

³ Necessidade de prestação de caução por parte do adjudicatário, sem a qual, nos termos contratuais, não é devido o pagamento por parte da NAV Portugal.





junho do mesmo ano, a NAV Portugal foi autorizada a proceder a valorizações remuneratórias na massa salarial dos seus trabalhadores, com observância dos limites de crescimento previstos por esta nos Instrumentos Previsionais de Gestão - IPG 2016, bem como no âmbito dos limites económicos e financeiros estabelecidos para o ano de 2016, constantes do "RP2 SOWEPP", submetido por Portugal à Comissão Europeia e que foi por esta objeto de aprovação através da Decisão de Execução n.º 2015/348, de 2 de março (cf. ponto 3.6. do Relatório de Gestão).

Estatuto do Gestor Público – Aplicação do artigo 32º.

Não foram atribuídos cartões de crédito aos membros do CA da NAV Portugal, nem outros instrumentos de pagamento de despesas efetuadas ao serviço da Empresa, nem ainda reembolsos de despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal (cf. ponto 3.7 do Relatório de Gestão).

Contratação pública

A contratação segue as regras do Código da Contratação Pública, tendo a Empresa sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes por despacho governamental (cf. pontos 3.11 do Relatório de Gestão).

Sistema nacional de compras públicas

O contrato de adesão ao Acordo Quadro foi assinado em 8 de fevereiro de 2013 (cf. ponto 3.12 do Relatório de Gestão).

Frota automóvel

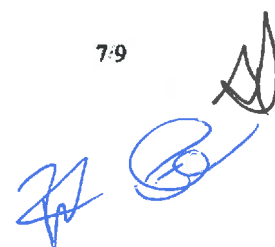
De acordo com a RCM n.º 121/2005, de 23 de junho, a NAV Portugal privilegia os alugueres operacionais de viaturas. Em 31 de dezembro de 2016, o parque de viaturas era de 77 (79 no final do ano anterior), das quais apenas 3 propriedade da Empresa (9 no final do ano anterior) (cf. Ponto 3.13 do Relatório de Gestão).

Plano de redução de custos

No âmbito do plano de redução de custos, cabe à NAV Portugal, enquanto empresa com EBITDA positivo, assegurar a redução do peso do conjunto dos gastos com consumos, fornecimentos e serviços externos e pessoal no volume de negócios. Da análise efetuada conclui-se que o peso de tal agregado de gastos registou no exercício uma diminuição de 5,6 pp face ao ano de 2015. De notar que os gastos com pessoal considerados para o cálculo referido incluem as perdas atuariais reconhecidas no capital próprio.

No exercício de 2016 os gastos totais com o pessoal, acrescidos das perdas atuariais, mostram-se inferiores aos registados em 2015 em apenas 17.000 €.

Os fornecimentos e serviços externos registam, relativamente a 2015, um aumento de 0,2%, enquanto nos consumos, que têm reduzida expressão, se verifica uma redução de 1,4%.





Relativamente aos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento verifica-se um aumento de 2,2% face a 2015, o qual ocorreu na rubrica Deslocações e estadas e se deve à natureza da atividade da Empresa e à sua vinculação às normas internacionais que a regulamentam (cf. Ponto 3.14 do relatório de Gestão).

Acresce referir que os gastos imputáveis a voos isentos continuam a ser suportados pela NAV Portugal, o que representa cerca de 2,5 M€ de gastos em 2016.

Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

O número total de efetivos e de cargos de direção foi de 987 em 2016, de 990 em 2015 e de 998 em 2014. O número de dirigentes, sem órgãos sociais, foi de 9 em 2016 e em 2015 e de 10 em 2014. A relação número de Efetivos/Cargos de Direção aumentou de 99 em 2014 para 108 em 2015 e manteve-se nos 108 em 2016. No que se refere aos órgãos sociais, a nomeação do novo Conselho de Administração originou o aumento de 5 para 6 membros (Ponto 3.14 do relatório de Gestão).

Unidade da Tesouraria do Estado

A NAV Portugal mantinha, na banca comercial, pequenos saldos depositados em contas à ordem, no total de apenas cerca de 28.000 €, o que representa 0,03% das disponibilidades. (cf. ponto 3.15 do Relatório de Gestão). Tais contas bancárias destinam-se à guarda de títulos e para reposição de fundos fixos. Foi solicitada a dispensa, para 2016, da concentração integral das disponibilidades no IGCP, situação que foi objeto de aprovação pelo Despacho n.º 1196/16 – SEATF relativamente a serviços não disponibilizados pelo IGCP.

Recomendações resultantes de auditorias do Tribunal de Contas

Tal como referido no ponto 3.16 do Relatório de Gestão, a Empresa não foi objeto de auditoria por parte do Tribunal de Contas nos 3 últimos exercícios.

Deveres especiais de informação

Os instrumentos previsionais de gestão, bem os relatórios trimestrais de execução são enviados à Tutela e inseridos no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira da DGTF. Conforme consta do ponto 3.17 do Relatório de Gestão, toda a informação relevante de interesse público é divulgada no sítio da Empresa e enviada para os serviços responsáveis pela atualização do sítio do Setor Empresarial do Estado.

10. Conclusão e parecer

O CF considera que o relatório de gestão satisfaz as divulgações requeridas pelas normas legais estatutárias e pelas orientações do titular da função acionista e que as demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, sem prejuízo da reserva considerada na Certificação Legal das Contas.





CONSELHO FISCAL

Assim, e considerando tal entendimento, o CF dá parecer favorável:


- i) à aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016; e
- ii) à proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 28 de abril de 2017

O Conselho Fiscal.


Maria Fernanda Martins, *Presidente*


Maria de Lurdes Correia de Castro, *Vogal*


RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A. Vogal e SROC
representada por Paulo Fernando da Silva Pereira (ROC)

Exmo. Senhor
DR. JOSÉ MARIA LEITE MARTINS
INSPECTOR-GERAL DE FINANÇAS
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 LISBOA

Lisboa, 08 de Maio de 2012

Assunto: **DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DETIDAS POR GESTOR PÚBLICO**

Luis Filipe Ottolini Bebiano Coimbra, portador do Cartão de Cidadão nº00314130, com data de validade a 24-11-2014, residente na Travessa Monte do Carmo, nº 28 - 1º, 1200-277 Lisboa, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Entidade Pública Empresarial denominada NAV Portugal, E.P.E., com sede na Rua D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa, 1700-008 Lisboa, Portugal, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 647, pessoa colectiva nº 504 448 064, com o Capital Estatutário de 25.000.000,00 Euros, nos termos e para os efeitos do artigo 22º, nº 9 do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro, vem declarar que não detém, directa ou indirectamente, participações e interesses patrimoniais na NAV Portugal, E.P.E. ou em qualquer outra empresa.

Mais declara para os efeitos do nº 22 da RCM nº 49/2007, de 28 de Março, que não mantém quaisquer relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras e ou quaisquer outros parceiros de negócio da NAV Portugal, E.P.E., susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

Com os melhores cumprimentos, subscrevo-me atentamente,



Luis Coimbra
PRESIDENTE do CONSELHO de ADMINISTRAÇÃO



INSPECÇÃO-GERAL DE FINANÇAS
Recabido em 4/5/2012


DECLARAÇÃO

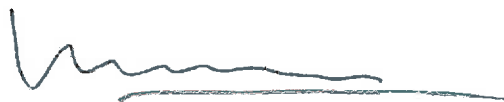
(artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público,
aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março)

Eu, **Luis Filipe Ottolini Bebiano Coimbra**, declaro sob compromisso de honra não possuir qualquer dos impedimentos ou incompatibilidades previstos no artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público.

Mais declaro que não tomarei parte de deliberações quando nelas tenha interesse, quer seja próprio, como representante, como gestor de negócios de outra pessoa ou em relação a um parente meu ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau em linha colateral, cônjuge ou pessoa com quem viva em economia comum, declarando-me impedido nessas situações.

Por ser verdade assim o declaro.

Lisboa, 8 maio de 2012



LUÍS OTTOLINI COIMBRA



TERESA MARIA DA SILVA GOMES
Rua dos Escritores, nº 7 – 9ºB
2685-206 PORTELA - LRS

Exma. Senhora
DRA. ISABEL CASTELÃO SILVA
SUBINSPETORA-GERAL DE FINANÇAS
Rua Angelina Vidal, nº 41
1199-005 LISBOA

Lisboa, 4 de janeiro de 2013

V/ Referência – Proc: 2012/163/M6/129

Assunto: DEVERES DE INFORMAÇÃO DECORRENTES DO Nº 9 DO ART.º 22º DO DL N.º 71/2007, DE 27 DE MARÇO E Nº 22 DA RCM Nº 49/2007, DE 28 DE MARÇO.

Exma. Senhora, *Dra Isabel Castelão Silva,*

Dando seguimento ao solicitado no vosso Ofício nº 4285, de 14-12-2012, nos termos e para os efeitos do nº 22 do Anexo à RCM nº 49/2007, de 28 de março, cumpre-me informar que não mantenho qualquer relação relevante com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da NAV Portugal, E.P.E., suscetível de gerar conflitos de interesses.

Com os melhores cumprimentos,

TERESA MARIA DA SILVA GOMES

TERESA MARIA DA SILVA GOMES
Vogal do Conselho de Administração

10f
4.01.2013
Calisto

7
3



Inspeção-Geral de Finanças

Exm.^a Senhora
Dr.^a Teresa Maria da Silva Gomes
Vogal do Conselho de Administração da NAV
Portugal, EPE
Rua D-Edifício 121- Aeroporto de Lisboa
1700-008 LISBOA

4285 14-12 '12

S/referência

N/referência

Proc. 2012/163/M6/129

Assunto: Deveres de informação decorrentes do n.º 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de Março e n.º 22 da RCM n.º 49/2007, de 28 de Março

Nos termos do n.º 9 do art.º 22º, do DL n.º 71/2007, de 27 de Março, os gestores públicos devem comunicar, por escrito, à Inspeção-Geral de Finanças (IGF):

1. *As participações e interesses patrimoniais que detenham, directa ou indirectamente, na empresa em que exercem (ou vão exercer) funções;*
2. *As participações e interesses patrimoniais que detenham, directa ou indirectamente, em qualquer outra empresa.*

Por outro lado, o n.º 22 dos "Princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado" – Anexo à RCM n.º 49/2007, de 28 de Março – acrescenta a obrigação de comunicar, também à IGF, o seguinte:

3. *"As relações relevantes que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio", das empresas onde exercem funções, susceptíveis de gerar conflitos de interesses.*

Considerando que na carta datada de 16-10-2012, V. Ex.^a respondeu apenas às matérias referidas nos pontos 1 e 2, solicita-se que, com a brevidade possível, remeta a esta Inspeção-Geral a informação em falta.

Com os melhores cumprimentos,

A Subinspectora-Geral

H. Isabel Castelo Silva

ISABEL CASTELO SILVA
Subinspectora-Geral

CSI/PS

INSPECÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

Rua Angelina Vidal, 41 - 1199-005 LISBOA ☎ 21 811 35 00 Fax: 21 816 25 73

E-mail: igf@igf.min-financas.pt

R. Dr. Alfredo Magalhães, 8-2º - 4000-061 PORTO ☎ 22 208 88 19 Fax: 22 208 21 85

TERESA MARIA DA SILVA GOMES
Rua dos Escritores, nº 7 – 9ºB
2685-206 PORTELA - LRS

Exmo. Senhor

DR. JOSÉ MARIA LEITE MARTINS

INSPETOR-GERAL DE FINANÇAS

Rua Angelina Vidal, nº 41

1199-005 LISBOA

Lisboa, 16 de outubro 2012

Assunto: DECLARAÇÃO DE INTERESSES, PREVISTA NO N.º 9, DO ARTIGO 22.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 71/2007, DE 27 DE MARÇO

Exmo. Senhor,

TERESA MARIA DA SILVA GOMES, portadora do Bilhete de Identidade nº 1109785 de 04/08/2005, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, vitalício, residente na Rua dos Escritores nº 7 – 9º B, 2685-206 Portela, LRS, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da Entidade Pública Empresarial denominada NAV Portugal, E.P.E., com sede na Rua D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa, 1700-008 Lisboa, Portugal, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 647, pessoa coletiva nº 504448064, com o capital estatutário de 25.000.000,00 euros, nos termos e para os efeitos do artigo 22º, nº 9 do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro, vem declarar não possuir quaisquer participações e interesses patrimoniais em qualquer empresa.

Com os melhores cumprimentos,

Teresa Maria da Silva Gomes
TERESA MARIA DA SILVA GOMES
Vogal do Conselho de Administração

igf
INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS
Recebido em 19.10.2012
Emilly P. M. T. y

GO
PZ

DECLARAÇÃO

(artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público,
aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março)

Eu, **Teresa Maria da Silva Gomes**, declaro sob compromisso de honra não possuir qualquer dos impedimentos ou incompatibilidades previstos no artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público.

Mais declaro que não tomarei parte de deliberações quando nelas tenha interesse, quer seja próprio, como representante, como gestor de negócios de outra pessoa ou em relação a um parente meu ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau em linha colateral, cônjuge ou pessoa com quem viva em economia comum, declarando-me impedido nessas situações.

Por ser verdade assim o declaro.

Lisboa, 16 outubro de 2012

teresamariadasilva Gomes

TERESA MARIA DA SILVA GOMES

5141.0017





PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Exmo. Senhor
Dr. Albano Manuel Carvalho Coutinho
M.I. Presidente do Conselho de Administração da
Navegação Aérea de Portugal – NAV
Portugal, E.P.E.
Rua D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa
1700-008 Lisboa

SUA REFERÊNCIA:

SUA COMUNICAÇÃO DE:
23-08-2016

NOSSA REFERÊNCIA:

Of.º n.º 18821/2016
P.º n.º 0136/16, L.º T

NOSSA COMUNICAÇÃO DE:

2016-10-07

ASSUNTO: Regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de altos cargos publicos

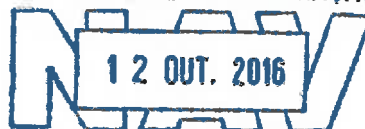
Na sequência do depósito da declaração de inexistência de incompatibilidades e impedimentos de titular de alto cargo público, a que V. Ex.ª se dignou proceder, tenho a honra de informar do arquivamento do respectivo procedimento administrativo de fiscalização.

Com os melhores cumprimentos.

O SECRETÁRIO DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Carlos Adérito Teixeira
(Procurador da República)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ENTRADA N.º 782A



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES OU IMPEDIMENTOS

(artigos 22.º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e 11.º, n.º 1 da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto)

Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão dos processos relativos ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de altos cargos públicos. O seu preenchimento é obrigatório. Os titulares dos dados podem aceder à informação que lhes respeite e solicitar por escrito, junto da Procuradoria-Geral da República, a sua actualização e correcção.

1. Identificação do Titular

Nome ALBANO MANUEL CARVALHO COUTINHO
 Residência R. LIS DE CAMÕES, 2
 Localidade S. FRANCISCO Código Postal 2890 - 322 S. FRANCISCO
 Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão 5932086

2. Cargo

Cargo de que é titular PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 Entidade/Serviço/Organismo NAV PORTUGAL, E.P.E.
☒ Sector empresarial do Estado ☐ Sector empresarial local
☐ Instituto Público de regime especial ☐ Autoridade Reguladora Independente
 Natureza das funções (se aplicável):
☒ Executivas ☐ Não executivas

Data da posse 14 de JULHO de 2016
 Acto de nomeação ou designação RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 24/2016
DE 14 DE JULHO, PUBLICADA EM DR, 2.ª SÉRIE, N.º 148, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

3. Declaração

Declara não estar abrangido pelas incompatibilidades ou impedimentos previstos:

- Na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto (artigos 8.º, 9.º e 9.º-A) ☒
- No Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março (artigos 20.º a 22.º) ☒

4. Enumeração de cargos, funções e actividades profissionais exercidos (em acumulação com o alto cargo público)

NADA A DECLARAR

5. Enumeração de participações sociais

NADA A DECLARAR

6. Excepções previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março (artigos 20.º, n.ºs 3 e 4 e 22.º, n.ºs 1 e 4)

NADA A DECLARAR

7. Observações

NADA A DECLARAR

LISBOA, 23 de AGOSTO de 2016


(Assinatura)

INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

Rua Angelina Vidal, 41

1199-005 LISBOA

17/8/2016

DR. Vitor

Exmo. Senhor

DR. VITOR MIGUEL RODRIGUES BRAZ

DIGMO. INSPETOR-GERAL DE FINANÇAS

Rua Angelina Vidal, n.º 41

1199-005 LISBOA

Data: 2016.08.12

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: Albano Manuel Carvalho Coutinho
NIF: 185614400
Morada: Rua Luis de Camões, nº 2 - S. Francisco - Alcochete
Código Postal: 2890-322
E-mail: albano.coutinho@nav.pt
Telefone: 218553101

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*): NAV PORTUGAL, E.P.E.
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-Identificar): Empresa Pública Empresarial
NIF: 504448064
Morada da Sede: Rua D, Edifício 121 - Aeroporto de Lisboa - Lisboa
Código Postal: 1700-008
E-mail: gabcim@nav.pt
Telefone: 218553670
Fax: 218553600

Cargo para que foi nomeado/eleito: Presidente do Conselho de Administração
Data de início do mandato (14/07/2016):
Data prevista de termo do mandato (14/07/2018):

(*) Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.
2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.
3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Com os melhores cumprimentos,

Albano Coutinho





PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Exma. Senhora
Dra. Egídia Pinto de Queiroz Martins
M.I. Vogal do Conselho de Administração da
Navegação Aérea de Portugal – NAV
Portugal, E.P.E.
Rua D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa
1700-008 Lisboa

SUA REFERÊNCIA:

SUA COMUNICAÇÃO DE:
10-08-2016

NOSSA REFERÊNCIA:
Of.º n.º 18699/2016
P.º n.º 0131/16, L.º T

NOSSA COMUNICAÇÃO DE:
2016-10-07

ASSUNTO: Regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de altos cargos públicos

Na sequência do depósito da declaração de inexistência de incompatibilidades e impedimentos de titular de alto cargo público, a que V. Ex.ª se dignou proceder, tenho a honra de informar do arquivamento do respectivo procedimento administrativo de fiscalização.

Com os melhores cumprimentos.

O SECRETÁRIO DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Carlos Adérito Teixeira
(Procurador da República)

Secção Expediente e Arquivo
 Recebido no Correio
 Data 12/08/2016 Hora 14
 A. L. L. L. L.

DL71/2007



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES OU IMPEDIMENTOS

(artigos 22.º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e 11.º, n.º 1 da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto)

Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão dos processos relativos ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de altos cargos públicos. O seu preenchimento é obrigatório. Os titulares dos dados podem aceder à informação que lhes respeite e solicitar por escrito, junto da Procuradoria-Geral da República, a sua actualização e correcção.

1. Identificação do Titular

Nome EGÍDIA PINTO DE QUEIROZ MARTINS

Residência RUA MANUEL DA SILVA, N.º 2-2.ª

Localidade LISBOA Código Postal 1750-927

Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão 02168002

2. Cargo

Cargo de que é titular VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Entidade/Serviço/Organismo NAVEGAÇÃO AÉREA DE PORTUGAL, E.P.E.

☒ Sector empresarial do Estado ☐ Sector empresarial local

☐ Instituto Público de regime especial ☐ Autoridade Reguladora Independente

Natureza das funções (se aplicável):

☒ Executivas ☐ Não executivas

Data da posse 14 de Junho de 2016

Acto de nomeação ou designação Resolução do Conselho de
Administração n.º 24/2016 - D. Rep. 2.ª série n.º 148 de 2/8/2016.

[Handwritten signatures and initials]

3. Declaração

Declara não estar abrangido pelas incompatibilidades ou impedimentos previstos:

— Na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto (artigos 8.º, 9.º e 9.º-A) ☒

— No Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março (artigos 20.º a 22.º) ☒

4. Enumeração de cargos, funções e actividades profissionais exercidos (em acumulação com o alto cargo público)

[This section is crossed out with a diagonal line.]

5. Enumeração de participações sociais

[This section is crossed out with a diagonal line.]

6. Excepções previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março (artigos 20.º, n.ºs 3 e 4 e 22.º, n.ºs 1 e 4)

[This section is crossed out with a diagonal line.]

7. Observações

[This section is empty.]

Risboa, 10 de Agosto de 2016

Egídio Pinto de Almeida Martins
(Assinatura)

[Handwritten marks and signatures in the bottom left corner.]

Exmo. Senhor

Inspetor-Geral de Finanças

Rua Angelina Vidal, n.º 41

1199-005 LISBOA

Data: 8 de Agosto de 2016

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: Egídia Pinto de Queiroz Martins
NIF: 100772153
Morada: Rua Manuel da Silva n. 2-2º A
Código Postal: 1750-927 LISBOA
E-mail: egidia.martins@nav.pt
Telefone: 919110428

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*): Navegação Aérea de Portugal- NAV Portugal E.P.E.
Tipo Empresa do Setor Público Empresarial
NIF: 504448064
Morada da Sede: Rua D Edifício 121 Aeroporto de Lisboa
Código Postal: 1700-008 LISBOA
E-mail:
Telefone: 218553100
Fax:

Cargo para que foi nomeado/eleito: Vogal do Conselho de Administração
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa): 14 de Julho de 2016
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa): 31 de Dezembro de 2018

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, de 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.

INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

Rua Angelina Vidal, 41

1199-005 LISBOA

10/8/2016

2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.
3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções,

Egídio Pinto de Amorim Martins





PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Exmo. Senhor
Eng.º Francisco César Ramos Fernandes Gil
M.I. Vogal do Conselho de Administração da
Navegação Aérea de Portugal – NAV
Portugal, E.P.E.
Rua D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa
1700-008 Lisboa

SUA REFERÊNCIA:

SUA COMUNICAÇÃO DE:

NOSSA REFERÊNCIA:

Of.º n.º 18823/2016

P.º n.º 0207/13, L.º T

NOSSA COMUNICAÇÃO DE:

2016-10-07

ASSUNTO: Regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de altos cargos públicos

Na sequência do depósito da declaração de inexistência de incompatibilidades e impedimentos de titular de alto cargo público, a que V. Ex.ª se dignou proceder, tenho a honra de informar do arquivamento do respectivo procedimento administrativo de fiscalização.

Com os melhores cumprimentos.

O SECRETÁRIO DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Carlos Adérito Teixeira
(Procurador da República)

2016 / 07 / 21

O Funcionário

Celia Amante



DL71/2007

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADES OU IMPEDIMENTOS

(artigos 22.º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e 11.º, n.º 1 da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto)

Os dados recolhidos são processados automaticamente e destinam-se à gestão dos processos relativos ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos de titulares de altos cargos públicos. O seu preenchimento é obrigatório. Os titulares dos dados podem aceder à informação que lhes respeite e solicitar por escrito, junto da Procuradoria-Geral da República, a sua actualização e correcção.

1. Identificação do Titular

Nome FRANCISCO CÉZAR RANOS FERNANDES GIL

Residência RUA DAS NECESSIDADES, n.º 120
LIVRAMENTO

Localidade BOMBA DELGADA Código Postal 9500-619

Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão 103 18350

2. Cargo

Cargo de que é titular VOGAL DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO DA NAV PORTUGAL E.P.E

Entidade/Serviço/Organismo NAV PORTUGAL E.P.E

☒ Sector empresarial do Estado☐ Sector empresarial local☐ Instituto Público de regime especial☐ Autoridade Reguladora Independente

Natureza das funções (se aplicável):

☒ Executivas☐ Não executivas

Data da posse 14 de JULHO de 2016

Acto de nomeação ou designação CONSELHO DE MINISTROS DE
14 DE JULHO 2016

3. Declaração

Declara não estar abrangido pelas incompatibilidades ou impedimentos previstos:

- Na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto (artigos 8.º, 9.º e 9.º-A) ☒
- No Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março (artigos 20.º a 22.º) ☒

4. Enumeração de cargos, funções e actividades profissionais exercidos (em acumulação com o alto cargo público)

- Presidente da Direcção da Associação de Turismo dos Açores, entidade de direito privado sem fins lucrativos (FUNÇÃO NÃO REMUNERADA)
- Membro da Direcção da Associação Agrária de Tomazas Turística e Hoteleira, entidade de direito privado sem fins lucrativos (FUNÇÃO NÃO REMUNERADA)
- Membro da Direcção do Centro Paroquial de São João (IPSS)

5. Enumeração de participações sociais

7

6. Excepções previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março (artigos 20.º, n.ºs 3 e 4 e 22.º, n.ºs 1 e 4)

7

7. Observações

7

Lisboa, 18 de Julho de 2016

Francisco
(Assinatura)

Handwritten signature in blue ink.

NOMEAÇÃO

Exmo. Senhor
Inspetor-Geral de Finanças
Rua Angellna Vidal, n.º 41
1199-005 LISBOA

Data: 14/07/2016

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: Francisco César Ramos Fernandes Gil
NIF: 210476419
Morada: Rua das Necessidades, 120 – Livramento
Código Postal: 9500-619
E-mail: framosgil@gmail.com
Telefone: 91 3816284

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*): NAV PORTUGAL E.P.E
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-Identificar): Empresa Pública
NIF: 504448064
Morada da Sede: Rua D - Edifício 121 - Aeroporto de Lisboa
Código Postal: 1700-008 Lisboa – Portugal
E-mail: gabclm@nav.pt
Telefone: 21 855 3100
Fax: 21 855 3100

Cargo para que foi nomeado/eleito: Vogal do Conselho de Administração
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa): 19/07/2016
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa): 14/07/2019

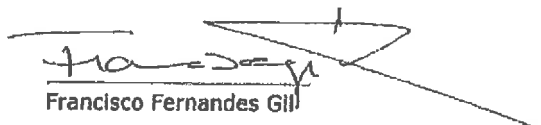
(*) Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.



Tendo sido nomeado para o cargo referido (conselho de ministros de 14 de Julho de 2016), na empresa acima indicada, declaro:

1. Em cumprimento do disposto no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, e no nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.
2. De acordo com o nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de março, que **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade.
3. Nos termos do preceituado no nº 1 do art.º 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, que **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções, suscetíveis de gerar conflitos de Interesse.

Cordialmente,


Francisco Fernandes Gil

